

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afroamericanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Biodiversidade, sustento e culturas

Número 78, outubro de 2013



Foto: Prometeo Lucero

Editorial

A foto da capa mostra um menino que se pendura nos galhos de uma árvore à margem de um rio: o Usumacinta (o “bugio”). Apesar de brincar feliz, porque brincar resolve tudo, pelo menos por instantes, ele (como muitos outros de sua família e amigos) espera atravessar e adentrar em território mexicano para subir o máximo possível em seu caminho rumo ao sonho do dinheiro como solução. E o dinheiro resolve quando as pessoas se veem despojadas de seus ambientes e meios de subsistência com os quais garantiam a vida no cuidado e nas certezas compartilhadas.

Mas as soluções que o dinheiro propõe nos afastam das fontes de nosso ser comum, nunca nos aproximam. O dinheiro nos propõe abandonar a terra, o lugar onde nascemos. Propõe-nos deixar de plantar nossas sementes nativas, ancestrais, que custodiamos e intercambiamos em nossos canais de confiança por tantos, tantos séculos. Propõe-nos que, em vez de cultivar a terra ou produzir nossos alimentos, busquemos algum emprego que nos permita contar com dinheiro para comprar comida, para ter forças e bom sono para voltar a trabalhar para ter dinheiro e assim comprar comida, numa conta infinita que nos prende para sempre porque é preciso comprar comida.

Talvez uma das maiores tristezas dos velhos de muitas comunidades seja que seus jovens tenham deixado de acreditar que é possível vencer na vida semeando, colhendo, caçando, tendo animais de criação, pescando e pastoreando.

Esta é a maior afronta que podemos mencionar: há uma guerra contra a subsistência das comunidades e dos povos, uma tentativa de impedir que as pessoas possam resolver por conta própria sua alimentação, a de sua família e de sua comunidade.

Mas, na verdade, o mundo ainda é alimentado por todos aqueles, todas aquelas que, em suas comunidades, continuam empenhados e empenhadas em defender o que poderíamos chamar de um âmbito de cuidados minuciosos, de responsabilidades detalhadas, de sonhos compartilhados que se reforçam produzindo nossos próprios alimentos e mantendo as condições dessa produção o mais permanentes (hoje diríamos sustentáveis) possível.

Sem esse entendimento, tudo parece coisificável, da terra à semente, inclusive os saberes, que se tornam mercadoria ao submeter-se à validação e certificação propostas pela maioria dos sistemas educacionais formais.

Sem esse entendimento, as pessoas não estabelecem a busca da autonomia dos povos, as lutas de resistência contra os megaprojetos, a defesa dos territórios, da água, das sementes nativas. As lutas para que não fraturem o território com profundas e expansivas sopas químicas injetadas em alta pressão apenas para obter gás e lucros.

Vamos começar a olhar contemplar este número de *Biodiversidade*, e saibam que queremos que o espelho seja mútuo. Queremos nos refletir em vocês, e que suas lutas sejam refletidas aqui.

Quem vai nos alimentar

A cadeia industrial de produção de alimentos ou as redes camponesas de subsistência

Grupo ETC

Aqueles que governam, aqueles que elaboram as políticas, e a imensa maioria dos habitantes das cidades, não sabem que existem importantes sistemas

alimentares invisíveis. Passaram o último meio século sem questionar o modelo ocidental de produção, processamento e consumo de alimentos.

Quase tudo o que foi pensado sobre segurança alimentar nas últimas décadas é baseado nesse modelo.

Nós nos tornamos dependentes das estatísticas e interpretações limitadas promovidas pelas agroempresas, e há cada vez menos informação acessível ao público sobre a realidade dos mercados e seus lucros.

O grande público e aqueles que projetam as políticas aceitam que o aumento do consumo de carne e laticínios, da obesidade e da necessidade de fertilizantes e agroquímicos é incontestável. É urgente debater o que sabemos (e o que supomos) sobre a cadeia industrial de produção de alimentos.

Para uns, a produção baseada nas multinacionais de agronegócios, dominante na maior parte do mundo ocidental, é o único paradigma realmente aceitável e possível. Para outros, são os camponeses que devem estar no ponto de partida, no centro de todas as políticas de alimentação, locais, nacionais e globais.

Usamos o termo “camponeses” e “camponesas” para descrever todos aqueles que produzem alimentos principalmente para si mesmos e para suas comunidades, sejam agricultores rurais, urbanos ou periurbanos, pescadores de costas e rios, pastores ou caçadores e coletores. Muitos camponeses entram em todas essas categorias. Os agricultores frequentemente têm tanques ou animais de criação, caçam ou são extrativistas. Muitos vão e vêm entre o campo e a cidade. Por “rede” entendemos a complexidade de relações que se apoiam umas nas outras e são compartilhadas por camponeses e comunidades.

A variedade de fontes de alimentos das quais se nutrem as comunidades camponesas dificulta as estatísticas: os camponeses trabalham com cerca de 7 mil cultivos, enquanto os analistas da indústria focam em 150. Quase nunca consideram as “colheitas ocultas” (extrativismo sazonal em florestas, costas e savanas) ou a abundância de colheitas urbanas (hortaliças, piscicultura e animais).

Também é difícil calcular quanta comida é produzida e consumida na cadeia industrial de alimentos. Muito tem sido escrito sobre o desperdício que provém do descarte de frutas e vegetais “imperfeitos” ou dos problemas do transporte em longas distâncias, sobre a boa qualidade dos alimentos descartados pelos supermercados e daquilo que os próprios consumidores jogam fora em suas casas; há muito pouca pesquisa sobre o consumo excessivo: dos 80% da terra agrícola e dos fertilizantes que, em nível planetário, são destinados à alimentação animal e convertidos em carne e laticínios, quanto é desperdiçado? Cada vez mais consumidores excedem em muito a ingestão recomendada pelas autoridades de saúde. Ao calcular todas essas formas de desperdício, concluímos que a cadeia industrial fornece apenas 30% da comida que a humanidade consome e necessita.

Definitivamente, a produção industrial de alimentos não é capaz de proporcionar o que aqueles que sofrem de fome ou desnutrição realmente necessitam.

Quem nos alimenta

A cadeia industrial provê 30% dos alimentos utilizando de 70% a 80% da terra arável. Usa mais de 80% dos combustíveis fósseis e 70% da água destinados para uso agrícola; ocasiona entre 44 e 57% das emissões anuais de gases de efeito estufa (GEE); desmata 13 milhões de hectares e destrói 75 bilhões de toneladas de cobertura vegetal por ano. Embora domine os 7 trilhões de dólares que vale o mercado mundial de alimentos, controla somente 15% da comida produzida no planeta (a que é comercializada internacionalmente) e deixa 3,4 bilhões de pessoas desnutridas ou obesas.

Em um ano normal, e com boas terras, as variedades mais produtivas dos principais monocultivos comerciais produziram, por hectare, maior quantidade para o mercado que as variedades camponesas do mesmo cultivo, mas a um custo muito maior, que inclui danos à saúde, aos meios de subsistência das comunidades e devastação ambiental.

As redes camponesas produzem mais de 70% da comida que a humanidade consome. Entre 15% e 20% provêm de agricultura urbana; outros 10 a 15% da caça e do extrativismo; 5 a 10% da pesca, e entre 35 e 50% de unidades de produção agrícola de pequena escala. Colhem 60-70% dos cultivos alimentares com 20-30% da terra arável; utilizam menos de 20% dos combustíveis fósseis e 30% da água destinados para usos agrícolas. Nutrem e usam a biodiversidade de maneira sustentável e são responsáveis pela maior parte dos 85% dos alimentos que são produzidos e consumidos dentro das fronteiras nacionais. São o principal provedor, e às vezes o único, dos alimentos que chegam aos dois bilhões de seres humanos que sofrem de fome e desnutrição no planeta.

Em um ano normal ou ruim, em solos bons ou empobrecidos, as variedades camponesas em sistemas de consorciação de vários cultivos, junto com a pesca e a criação de animais, produzem, no total, mais comida por hectare, e mais nutritiva, que qualquer monocultivo da cadeia industrial, por uma fração do custo, empregando mais pessoas e cuidando do ambiente.

Quem vai nos alimentar

A cadeia industrial: Com a monopolização de terras, os tratados comerciais que favorecem as indústrias, os monopólios de patentes cada vez mais abusivos, a criminalização dos intercâmbios de sementes, os subsídios vantajosos aos combustíveis fósseis baratos e o fato de transferir aos consumidores e aos produtores camponeses cada vez mais custos da produção industrial de alimentos e da segurança alimentar, a porcentagem de população urbana no planeta chegará aos 70%, a obesidade duplicará, a produção de carne e a de laticínios crescerão 70%; a demanda total de alimentos aumentará 50% e a necessidade de água crescerá 30%. As emissões de GEE aumentarão 60%.

A rede camponesa: Com respeito irrestrito aos territórios camponeses, se fosse salvaguardado o direito à terra e à água, aos intercâmbios de sementes e ao melhoramento vegetal e animal comunitários; se fossem eliminadas as regulamentações que sabotam os mercados locais e a diversidade, se o comércio

social e ambientalmente justo fosse generalizado, se fossem democratizados a pesquisa e o desenvolvimento de práticas agroecológicas, a população rural planetária se manteria em 50%, o acesso a alimentos e a qualidade dos mesmos duplicaria, as taxas de obesidade despencariam, as emissões de GEE seriam reduzidas em pelo menos 60%, e a demanda de água em 50%; e o uso de combustíveis fósseis para trabalhos agrícolas seria reduzido entre 75 e 90%.

A cadeia industrial usa 150 cultivos, mas foca em apenas 12. Cerca de 45% da pesquisa e desenvolvimento agrícolas se concentram na versatilidade do milho. Mais de 80 mil variedades foram registradas sob propriedade intelectual desde 1970; mais da metade (59%) são ornamentais. O custo médio para desenvolver uma variedade geneticamente modificada é de 136 milhões de dólares. Somente entre 10 e 20% das sementes que são utilizadas no Sul global provêm do setor comercial. *A cadeia está centrada no melhoramento de poucos cultivos e considera apenas 700 de seus parentes silvestres para a adaptação à mudança climática.*

A rede camponesa cultivou mais de 2 milhões e 100 mil variedades de 7 mil espécies de cultivos desde os anos sessenta. Ornamentais, uma mínima parte. Produzir novas variedades não custa nada. Entre 80 e 90% das sementes são obtidas fora do mercado. *Os camponeses conhecem e manejam de 50 a 60 mil espécies de parentes silvestres, o que, segundo a cadeia industrial, custaria 115 bilhões de dólares por ano.*

A cadeia industrial trabalha com 5 espécies e menos de 100 variedades. Menos de uma dúzia de corporações dominam a pesquisa em genética pecuária de frango, porco e gado. Quatro empresas dominam 97% da pesquisa sobre melhoramento genético do frango, e 4 dominam 65% da genética de porcos. Pela uniformidade genética que promovem, Europa e América do Norte têm a proporção mais alta de espécies pecuárias em perigo de colapso.

A rede camponesa: Utiliza pelo menos 40 espécies pecuárias e mantém 7 mil raças locais. Cerca de 640 milhões de agricultores camponeses e 190 milhões de pastores cuidam da diversidade animal que nos alimenta. E 2/3 dos cuidadores dessas espécies animais são mulheres. Domicílios rurais e urbanos no Sul global obtêm da criação doméstica de animais entre 1/3 e 1/2 de suas rendas.

A colheita aquática

A cadeia industrial captura 363 espécies marinhas e cria 600 em cativeiro, mas seus programas de melhora estão focados em apenas 25. A sobre-exploração ameaça 20% das espécies de água doce; 30% das reservas oceânicas de peixes estão sobre-exploradas, e 57% estão no limite da sobre-exploração. Os barcos pesqueiros pescam hoje somente 6% do que era capturado há 120 anos.

A rede camponesa pesca mais de 15 mil espécies de água doce e milhares de espécies nos oceanos. Uma 5ª parte da humanidade depende da pesca como principal fonte de proteínas. As mulheres representam 33% da força de trabalho rural dedicada à aquicultura na China, 42% na Indonésia e 80% no Vietnã.

Quem possui as terras e como as utiliza

Pelo menos desde 2001, a cadeia industrial apoderou-se de 15% da terra agrícola para produzir matérias-primas industriais e de 2% ou mais para produzir agrocombustíveis. Usa entre 70 e 80% da terra arável e 176 milhões de toneladas de fertilizantes sintéticos, e devasta 75 bilhões de toneladas de solos (avaliadas em 400 bilhões de dólares) a cada ano. A cadeia industrial impõe a produção pecuária (ração, forragens ou pastagens) a 78% da terra agrícola do planeta. E 80% do fertilizante é usado na produção de forragens, mas a metade desse fertilizante nunca chega às plantas cultivadas devido a deficiências técnicas.

A rede camponesa usa entre 20 e 30% da terra arável do planeta, da qual cultiva pelo menos a metade sem usar fertilizantes sintéticos (23% do nitrogênio usado em sistemas agrícolas de cultivos consorciados provém de esterco). Em conjunto, os camponeses conseguem que entre 70 e 140 milhões de toneladas de nitrogênio sejam fixadas anualmente nos solos, o que, em um esquema de mercado, custaria mais de 90 bilhões de dólares.

Quem protegerá nossas florestas

A indústria de produtos madeireiros primários, com valor de 186 bilhões de dólares, focaliza em 0,5% das espécies conhecidas (450). Na América Central, a mudança do uso do solo *de florestas para forragens* destruiu 40% das florestas em 40 anos. E 75% das terras desmatadas no Amazonas brasileiro estão ocupadas por pecuaristas. Mais de 90% da madeira tropical é comercializada de maneira ilegal.

Nas redes camponesas são conservadas umas 80 mil espécies florestais utilizadas de diversas formas por 80% das comunidades do Sul global. Das florestas e savanas, são colhidos entre 10 e 15% da alimentação mundial. Cerca de 1,6 bilhão de pessoas dependem das florestas para sua subsistência, e as terras chamadas de “ociosas” geram aproximadamente 90 bilhões de dólares por ano. A metade da terra de cultivo no planeta conta com pelo menos 10% de florestas, que têm um papel vital na conservação e armazenamento dos GEE.

Produzir destruindo ou produzir cuidando

Com a agricultura industrial, calcula-se que as emissões de gás metano aumentarão 60% até 2030. As unidades de produção agrícola não orgânicas emitirão uma quantidade adicional de 637 kg/ha de CO₂ por ano. A exploração da área do leito marítimo feita atualmente pelos navios de pesca industrial contribui, a cada ano, para a destruição de 1,5% das pradarias oceânicas e libera 299 milhões de toneladas de carbono na atmosfera.

A agricultura das redes camponesas mantém os pastos, as variedades e a diversidade microbiana que contribuem para reduzir as emissões de metano e de óxido nitroso. A agricultura orgânica e camponesa, assim como as práticas agroecológicas de restauração de solos, podem armazenar entre 3 e 8 toneladas adicionais de carbono por hectare, reduzindo até 60% das emissões de GEE. As tecnologias dos pescadores artesanais não destroem as pradarias oceânicas.

Quem está acabando com a água

Cerca de 76% da água que cruza as fronteiras nacionais é usada para a **agricultura industrial** e para o processamento de seus produtos (o comércio de soja e seus derivados gasta 20% do total dos fluxos de água internacionais de águas limpas). Os comércios de produtos animais e industriais requerem, cada um, 12% do uso da água. A dieta baseada em proteína animal necessita de até 5 vezes mais água que uma dieta vegetariana. A água usada para a produção de alimentos que depois são desperdiçados seria suficiente para satisfazer as necessidades domésticas de 9 bilhões de pessoas.

Nas unidades de produção que não usam agroquímicos, a lixiviação de nitrato até os lençóis freáticos é quatro vezes menor. Cerca de um bilhão de pessoas consomem produtos agrícolas que foram cultivados a princípio com águas residuais. A água de uma cidade com um milhão de habitantes pode irrigar entre 1.500 e 3.500 hectares de terras semiáridas. Entre 15 e 20% da produção global de alimentos ocorre em áreas urbanas. Uma dieta vegetariana requer cerca de 5 vezes menos água que uma dieta baseada na proteína animal.

Quem gasta energia

A cadeia industrial consome enormes quantidades de carvão fóssil (em combustíveis, fertilizantes e agrotóxicos) contribuindo para a degradação ambiental e para a emissão de gases. Os fertilizantes e agrotóxicos equivalem à metade da energia que é utilizada para produzir trigo. A fabricação de nitrogênio sintético usa 90% de toda a energia utilizada na indústria de fertilizantes.

A rede camponesa trabalha com uma eficiência energética muitíssimo maior: enquanto a cadeia industrial precisa de 2,7 megacalorias (Mcal) de energia externa para produzir um quilo de arroz, a rede camponesa o produz com apenas 0,03 Mcal. Para o milho, o custo energético da cadeia é de 1,4 Mcal, enquanto para a rede é de 0,04 Mcal.

A produção industrial alimenta as doenças e lucra com o desperdício. As conservas foram inventadas para prolongar a vida dos comestíveis, mas, atualmente, a meta comercial do processamento é homogeneizar, transportar e concentrar ingredientes em um mercado com valor de 1,37 trilhão de dólares. Desde 1950, o processamento de alimentos ocasionou a redução dos conteúdos nutricionais, a uniformização das dietas, a redução da diversidade e o aumento das taxas de obesidade e de doenças crônicas relacionadas.

Entre as redes camponesas se processam e conservam os alimentos para consumo local. Dois bilhões de pessoas no Sul dependem dos processos locais artesanais de fermentação e processamento de grande parte dos alimentos que consomem.

Da comida produzida industrialmente, entre 33 e 40% são desperdiçados durante a produção, transporte, processamento e nos domicílios; 25% se perdem pelo sobreconsumo.

O desperdício per capita de alimentos na Europa e na América do Norte é de 95 a 115 quilos por ano. Menos de 5% da pesquisa agrícola se dedica a compreender e remediar as perdas pós-colheita. Os barcos pesqueiros industriais, a cada ano, jogam de volta no mar 7 milhões de toneladas de produto e assassinam 40 milhões de tubarões para vender suas barbatanas.

Somadas as perdas e desperdícios de todo tipo, calculam-se entre 280 e 300 kg per capita na Europa e na América do Norte.

Em contraste, o desperdício nos domicílios da África Subsaariana e do Sudeste da Ásia é de 6 a 11 quilos per capita, menos de 10% do que é desperdiçado nos países industrializados.

Nessa mesma região, a soma das perdas e desperdícios daria 120 e 170 quilos per capita. Grande parte dos restos dos cultivos e dos alimentos processados de modos locais no Sul global fertilizam os solos e alimentam os peixes ou os animais domésticos.

Embora a cadeia industrial tenha grandes custos e desperdícios, 2 bilhões de pessoas têm deficiências de micronutrientes (868 milhões estão abaixo da linha da fome) e mais 1,4 bilhão sofrem de sobrepeso (das quais 500 milhões são obesas). O consumo de carne nos países ricos é quase 2,2 vezes mais do que o recomendado pela FAO. O esperado é que a obesidade duplique até 2030. As perdas em produtividade e em gastos com doenças relacionadas à malnutrição e ao sobreconsumo já excederam os 4 trilhões de dólares ao ano, equivalentes a mais da metade do valor mundial do mercado de comestíveis.

As redes camponesas de subsistência no Sul global são o principal fornecedor de comida para aqueles que sofrem de fome ou desnutrição. Evitam os monocultivos agrícolas e pecuários e promovem a diversidade genética. As dietas variadas, nos lugares onde não dominam as corporações de *fast food*, poderiam economizar para o mundo até 4 trilhões de dólares ao ano e são a forma mais segura de resolver as deficiências de micronutrientes entre a população. Os valores nutricionais dos cultivos camponeses, devido à sua diversidade genética, podem variar até mil vezes comparados com a cadeia industrial: 200 gramas de arroz por dia podem representar 25 ou até 65% das necessidades de proteína; uma banana pode oferecer entre 1 e 200% da dose diária de vitamina A que um corpo humano necessita.

E os bichos pequeninhos?

A apicultura comercial presta serviço a uma terça parte dos cultivos nos países industrializados. As colônias de abelhas estão tendo baixas dramáticas por causa dos inseticidas, o que ameaça uma perda de produtividade de cerca de 200 bilhões de dólares.

Graças às redes camponesas, 71 dos 100 cultivos alimentares mais importantes são polinizados principalmente por abelhas silvestres que sobrevivem com aqueles que compartilham os mesmos habitats, de onde obtêm alimentos e remédios.

A uniformidade genética de cultivos e animais, combinada com o uso maciço de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, dizimou as populações de micróbios benéficos para a agricultura, erodindo os solos, afetando a eficiência alimentar dos animais e tornando-os extremamente vulneráveis a doenças. A indústria coleta e conserva *ex-situ* 1 milhão e 400 mil cepas microbianas, no entanto, menos de 2% da diversidade dos micróbios foi identificada.

As redes camponesas de produção de alimentos conservam a diversidade microbiana agrícola na medida em que conseguem manter a integridade dos solos e a diversidade de cultivos e animais. Os micróbios gastrointestinais, por variarem entre raças e alimentos, ajudam na eficiência alimentar e na saúde geral dos animais e reduzem as emissões de metano do gado.

Trabalho, saúde e tecnologia

Na cadeia industrial, a tecnologia atua desenvolvendo microinvenções para macroambientes: inovações ou modificações genéticas desenvolvidas cuidadosamente em laboratórios privados, para aplicar em cultivos que se pretende distribuir em nível global. Essa tecnologia precisa estabelecer monopólios fechados, que provocam uniformidade e vulnerabilidade a doenças.

Nas redes camponesas, a experimentação constitui sistemas de tecnologias amplas e horizontais que aplicam macrossoluções que são úteis em microambientes: mudanças multidimensionais e distintas nos ecossistemas agrícolas de cada unidade produtiva. Não são patenteáveis, (são o pão de cada dia), se beneficiam da pesquisa compartilhada e dos sistemas de saberes tradicionais.

Nos países industrializados, o número de famílias de camponeses ou agricultores reduziu-se à metade ou menos nos últimos 50 anos, com o desenvolvimento agroindustrial e o processamento de alimentos. Milhões de famílias em todo o planeta foram desterradas pelo advento da indústria em todas as suas ordens.

Além de tirar-lhes o sustento, a agroindústria é uma fábrica de extermínio de comunidades: os agrotóxicos causam 3 milhões de doenças graves e 220 mil mortes por ano. Para cada dólar gasto em agrotóxicos na África subsaariana, a região perde mais 6,3 bilhões ao ano em custos médicos e queda de produtividade causada por doenças relacionadas ao uso e consumo de agrotóxicos.

Nas redes camponesas, 80% das residências cultivam algum alimento. Mais de 2,6 bilhões de pessoas no planeta dependem da agricultura, da pesca e da criação de animais. As unidades produtivas camponesas dão emprego a 30% mais pessoas do que os monocultivos e os desertos verdes industriais. Apesar do número e tamanho das propriedades camponesas não estar bem documentado, pode-se verificar que a agricultura em pequena escala é mais produtiva, e seus produtos, mais nutritivos: uma das variedades camponesas de batatas no Peru tem 28 vezes mais fitonutrientes úteis para prevenir o câncer do que sua parente industrial. As tortilhas feitas de variedades indígenas de milho azul contêm 20% mais proteínas e são mais fáceis de digerir que as tortilhas feitas de milho de variedades comerciais.

A diversidade

A cadeia alimentar industrial considera a diversidade um obstáculo para a produção e os monopólios. Devido a sua localização e a seus processos, está eliminando a metade das 7 mil línguas e culturas que habitamos o planeta. Um terço dos territórios na América do Sul (a República da Soja e seus arredores) já não contam com falantes de línguas indígenas.

As redes camponesas consideram a diversidade agrícola necessária para assegurar a existência. Em cada região, a sobrevivência depende do conhecimento específico e profundo que se tenha de cada cultivo, solo, clima ou raça animal que ali exista. Se forem perdidas as culturas e as línguas que permanecem estoicamente no mundo e que resistem à invasão industrial, nossa geração será, talvez, a primeira na história a perder mais saberes do que ganhou.

Aceitar que podemos contar com a cadeia industrial para solucionar a mudança climática e a crise de alimentos não se sustenta estatisticamente. A cadeia não só NÃO é a resposta, como também é grande parte do problema. Urge apoiar os sistemas camponeses de produção de alimentos e as práticas agroecológicas. Urge mais pesquisa, debate informado e diversidade para acabar com os mitos que sabotam os sistemas de alimentação justos e saudáveis.

Ver o texto completo “*Quién nos alimentará: ¿La cadena industrial de producción de alimentos o las redes campesinas de subsistencia?*” No site do Grupo ETC: www.etcgroup.org/es

Ali se encontram as referências completas e os reconhecimentos a pessoas e instituições em cujas pesquisas nos abastecemos para fazer este documento.

Crise e subsistência

O medo não passará (ou para que aquilo que dizem que “tem que passar” não passe)

Jean Robert

Ter medo do medo. De duas coisas, uma: a crise, ou é uma incitação ao medo — ao pânico que o capitalismo requer para efetuar os reajustes estruturais sem os quais não conseguirá sobreviver —, ou é uma oportunidade de chegar ao fundo do poço.

Chegar ao fundo do poço quer dizer recuperar dolorosamente e às vezes com alegria a percepção do concreto: não só de quão duro se torna ganhar a vida, mas também do solo e dos outros elementos, e da possibilidade, sempre aberta, da camaradagem. É limpar o olhar de miragens e talvez do excesso de abstrações, mas também recordar que, em épocas não muito distantes, como ainda em muitíssimos lugares do campo mexicano, as pessoas extraíam diretamente da terra,

das águas e do ar a maior parte do que é necessário para sua subsistência. Não sozinhas, mas em solidariedade.

Acabo de escrever uma palavra muito desprestigiada pelos economistas: *subsistência*. Numa primeira abordagem, levar uma vida de subsistência é cultivar o que você come e comer o que é cultivado. Onde há solo, água e sol, e, penso eu, boa convivência, isso sempre é possível, seja no chão mesmo ou em vasos. Não requer diplomas nem de escola primária nem de faculdade, e muito menos de doutorado, mas exige saberes precisos, apropriados ao lugar, adequados ao seu clima e em harmonia com a cultura particular a esse solo, a essa água e a esse sol: chamemo-los de *saberes de subsistência*.

Mas não dizem de quem cultiva o que come e come o que cultiva: “o pobre, mal consegue levar uma vida de subsistência”?

Os defensores mais ferrenhos desse desprezo são os economistas. Por acaso os economistas entendem o que desprezam? Existe, para eles, um “centro” da economia que possa ser tocado, uma base concreta que a relacione com atividades que nos permitam comer, vestir e nos abrigar? A resposta dos economistas é: a economia é um jogo que deveria permitir a todos ganhar o dinheiro necessário para obter a “cesta básica”, a poucos levar uma vida cheia de luxos e a pouquíssimos ostentar uma riqueza que nenhuma sociedade do passado poderia sequer sonhar. Talvez seja injusto, talvez os economistas vejam a economia como uma loteria, mas dizem: “sejamos realistas: há um nível ótimo de injustiça, no sentido de que, se houvesse menos injustiça, a situação dos cidadãos mais pobres seria pior do que é sob o pressuposto ótimo de injustiça”. Isso dizem os economistas, ou diziam até o colapso de suas ilusões, entre o outono de 2007 e o outono de 2008.

Há dois argumentos que é importante diferenciar. O primeiro diz: sim; a economia é injusta, mas um pouco de injustiça serve para incrementar a produção de tal maneira que algo da extrema riqueza dos mais ricos escoará até os pobres. Isso ainda está para ser visto.

O segundo argumento é, talvez, mais importante, mas menos evidente: na sociedade econômica moderna, geralmente alguém produz uma coisa para obter outra. Quero uma cesta cheia para minha família no final da quinzena, mas, para obtê-la, preencho papéis em um escritório ou trabalho numa fábrica de armas ou de charutos. Em outras palavras: só obtenho a cesta da minha família fazendo rodeios. Até mais que a injustiça, a o rodeio de produção caracteriza a economia moderna. Antes do período fatídico de quebra de bancos e saqueio de pequenos investidores, tanto a injustiça inerente como o aumento dos rodeios se justificam com o argumento de que, ao crescer a pilha de dinheiro, finalmente, haverá para todos.

Ápices de riqueza junto a abismos de miséria. Mesmo os mais cegos entre os economistas começam a ver que a economia é uma máquina para produzir níveis incríveis de riqueza junto a abismos de miséria. Essa frase precisa de explicações. É preciso dizer que a miséria não é a pobreza: historicamente, é o seu oposto. A miséria moderna difere muito da pobreza tradicional. Ela resulta de negar a pobreza e sua cultura de mutualidade, e de persegui-la. Além disso, a economia formal, a

que é ensinada nas universidades e servida cada vez mais com molho matemático, é uma cegueira seletiva adquirida: o economista que se atrevesse a deixar de lado o viés exigido por seu ofício deixaria subitamente de ser economista, como ocorreu com meu amigo Jean-Pierre Dupuy, que, à força de investigar os fundamentos epistemológicos de sua ciência, a economia matemática, descobriu que suas fórmulas encobrem situações que mais se parecem com a violência dos sacrifícios humanos do que com levar em consideração todos os “pormenores pertinentes”. Deixou de ser economista e virou filósofo.

Imagino que os historiadores da economia vão se surpreender porque os economistas de antes da quebra de 2007-2008 não viam o que os fundadores da tradição liberal — os primeiros "economistas" no sentido moderno — viam com toda clareza. É que esses pioneiros da economia moderna não se consideravam economistas profissionais no sentido atual, mas sim pensadores gerais, às vezes filósofos — como Burke —, conhecedores dos sentimentos humanos — como Smith —, homens políticos — como Townsend —, ou empresários capazes de tirar proveito até das prisões — como Bentham. A frase que dá coceira em meus delicados amigos economistas quando a pronuncio diante deles não teria chocado nem a Burke, nem a Townsend, nem a Bentham, mas talvez ao refinado Adam Smith, amigo de moralistas e teólogos da grande tradição escocesa. Eis aqui esta frase:

A economia moderna é uma máquina de produzir simultaneamente montões de riqueza nem sequer imagináveis por nossos antepassados e abismos de miséria que também não conheceram.

Podemos reformulá-la de várias maneiras, por exemplo: “A miséria acompanha a riqueza como a sombra acompanha a luz”. “A economia oferece aos homens levá-los até a abundância enquanto fomenta as formas de escassez que serão a base de novas formas de miséria”. “Quanto mais riqueza uma sociedade ostenta, menos seus membros são capazes das relações de mutualidade que eram naturais aos pobres históricos e eram a base de suas redes de subsistência”. Ou, em palavras de John M’Farlane em suas reflexões sobre a pobreza na nação mais rica do século XVIII: “Não é nas nações estéreis e bárbaras que há mais miséria, senão nas mais prósperas e civilizadas das nações”¹.

Uma nação rica deve suprimir suas próprias relações de subsistência para que ronquem os motores de sua economia. Ao contrário da água que percola num coador com pó de café, a abundância dos ricos não penetra na sociedade até chegar aos pobres, como acreditava Adam Smith.

Bentham, o primeiro empresário que conseguiu obter lucros com a administração de um abrigo de pobres organizado como uma prisão modelo, nunca deu crédito à ingênua teoria smithiana da “percolação” das riquezas com a qual muitos economistas modernos ainda se admiram. Com um cinismo franco que diminuiria os votos de qualquer político contemporâneo, Bentham pôde afirmar que a tarefa do governo não consiste em aliviar a miséria, mas sim em aumentar as

¹ Ver também: John M’Farlane, *Enquiries concerning the Poor*, 1772.

necessidades dos pobres para tornar o castigo da fome mais eficiente. Ele instou os ricos perdidos na benevolência a reconhecer que “no mais elevado estado de prosperidade, a grande massa dos cidadãos provavelmente terá poucos recursos além do trabalho diário e estará sempre à beira da indigência”. O filósofo Edmund Burke, autor de uma teoria do sublime, é abundante nisso, pois, somente a ameaça da miséria permite que os homens (cuja condição destina aos trabalhos servis) se atrevam aos perigos das guerras e à intempérie dos mares: “Salvo os apuros da pobreza, o que poderia obrigar as classes inferiores do povo a enfrentar todos os horrores que os esperam nos oceanos impetuosos e nos campos de batalha?”². Burke ressalta que todos os caprichos de ajudar os pobres provêm de princípios absurdos que professam cumprir o que, pela própria constituição do mundo, é impraticável: “Quando fingimos ter pena dessa gente que deve trabalhar — se não o mundo não poderia sobreviver — estamos jogando com a condição humana”³. Assim, explica ele, a verdadeira dificuldade não é ajudar os famintos, mas sim limitar a impetuosidade da benevolência dos ricos. A voz do reverendo Joseph Townsend está de acordo com a dessas autoridades filosóficas e econômicas: “A fome domará os animais mais ferozes, ensinará a decência e a civilidade, a obediência e a sujeição aos mais perversos. Em geral, só a fome pode estimular e incitar os pobres para fazê-los trabalhar”⁴.

A Igreja pediu perdão sucessivamente aos judeus por tê-los perseguido; a Giordano Bruno, por tê-lo queimado vivo; a Galileu, por tê-lo condenado; mas a economia nunca pediu perdão aos pobres. Aprendeu, simplesmente, a disfarçar seu cinismo estrutural atrás de uma máscara: “fazer O bem”, acrescentando: “ostensivamente e a partir das cúpulas do poder”.

O que se via com os fundadores da economia que seus seguidores preferem ignorar. O que chamamos de “crise” é um momento em que a loteria econômica já não tem prêmios de consolação para os mais pobres, e no qual a vantagem dos jogadores médios se reduz cada vez mais, enquanto a sorte dos astutos de ontem é apostada novamente na bolsa e produz, por um lado, novos pobres e, pelo outro, um novo tipo de riqueza que já não se pode avaliar em quantidades aritmeticamente identificáveis, mas sim em números que, para o homem comum, soam imaginários: “os zilionários” [pessoas com riqueza incalculável].

Eis aqui um dado norte-americano sobre a disparidade da renda: O grupo dos 300 mil norte-americanos mais ricos ganha, em conjunto, tanto quanto os 150 milhões de seus concidadãos mais pobres. Em escala mundial, diz-se que os 500 indivíduos mais ricos do mundo ganham tanto quanto os 416 milhões mais pobres. Para encerrar esta dança dos números doidos, citemos um dado muito propagandeado do Banco Mundial, segundo o qual, hoje, os pobres representariam 56% da população mundial: 1 bilhão e 200 milhões que vivem com menos de dois

² Edmund Burke, *Thoughts and Details on Scarcity*, 1795.

³ Ibid.

⁴ Joseph Townsend, *Dissertation on the Poor Laws*, 1784.

dólares por dia, e 2 bilhões e 800 milhões com apenas um dólar ou menos⁵. Outra vez, a objetividade fria dos números oculta uma realidade mais inquietante: certamente, a disparidade da renda não para de crescer no mundo todo.

Porém, o que nem o Banco, nem a ONU, nem os economistas dizem, porque não têm conceitos para expressá-lo, é que, há meio século, a maioria dos homens ainda dispunha de saberes e de meios de subsistência que lhes possibilitavam viver dignamente na pobreza, enquanto hoje dependem cada vez mais de um mercado que os joga na miséria.

Por quê? Como? Prove-o, vão me intimidar meus amigos economistas. Não sendo economista matemático, só posso responder com exemplos como este: Segundo um dos documentos apresentados na Conferência de Chefes de Estado em Joanesburgo, em 2002, o conjunto dos países industriais do Norte concede a seus agricultores um subsídio anual de 350 bilhões, ou seja, um bilhão por dia, para viabilizar a exportação de seus produtos agropecuários para os países pobres, tornando-os dependentes de alimentos cujo preço é negociado na bolsa. Essas práticas desleais [dumping] legalizadas pelos poderes econômico-políticos, sancionadas por “benfeitores” profissionais e pelas instituições que os empregam, contribuíram para destruir a base de subsistência dos pobres e continuam fazendo mais do que nunca.

E onde fica a esperança? Que ouvimos agora que os preços dos grãos e de outros alimentos básicos nos grandes mercados estão subindo depois de terem estado em baixa durante quase trinta anos? Ouvimos alguns dirigentes políticos do Sul anunciarem que, para que seus povos continuem comendo, baixarão ou suprimirão os impostos sobre os alimentos importados. Não devemos reconhecer aqui uma velha estratégia dos monopólios capitalistas? Quando a guerra dos preços tende a eliminar os competidores, para que proteger uma agricultura local não subsidiada cujos produtos são mais caros que os que são subvencionados e importados? Hoje, nos Estados Unidos, o protótipo dos países com agricultura subsidiada, até a maioria dos mais pobres não destina mais de 16% de sua renda à alimentação, enquanto, em muitos países do Sul, muitos lares pobres já gastam a metade de sua renda para comer, e alguns, 75%.

O capitalismo parece se preparar para um grande “pobrecídio”. Mas essa perspectiva sinistra só poderá se tornar realidade na medida em que cedermos ao medo. Para que a “crise” possa permitir ao sistema econômico proceder aos ajustes estruturais sem os quais não sobreviverá, não pode ser o que meus amigos e eu queremos que seja: um estímulo à reflexão. Não. Tem que acabar em um *pânico*, se me perdoam o pleonasma, *geral*. Só este pânico pode transformar a “crise” em *crise*, e só uma grande *crise* pode nos fazer engolir as novas iniquidades, disparidades e injustiças, as novas dependências e os novos saqueios que os mecânicos da máquina econômica mundial julgarão necessários para colocá-la de volta nos trilhos.

⁵ Recentemente, dois autores criticaram a definição das pessoas pelo que NÃO são, NÃO têm, NÃO ganham e a ignorância de suas verdadeiras capacidades. Ver Majid Rahnema e Jean Robert, *La Puissance des pauvres*, Arles : Actes Sud, 2008.

Não vamos permitir que se instale esse tipo de crise fomentada de cima. Vamos resistir ao pânico. Vamos manter abertos os horizontes da esperança. Como? Não sei, só se podem reconstruir esperanças realistas entre amigos, entre companheiros ou camaradas. Somente em um clima de confiança mútua será possível construir propostas concretas para além do colapso do que querem nos vender como “economia”.

Aí vem a nova 970 atualizada!

As leis que privatizam e controlam o uso das sementes criminalizam as sementes crioulas

Grupo Semillas

O debate sobre as sementes na Colômbia deve centrar-se em perguntas como: Pode-se aplicar sobre as sementes alguma forma de propriedade intelectual que permita privatizá-las mediante patentes ou direitos de obtentores vegetais? O que se pretende com as leis de sementes, e quem se beneficia ou é afetado: as empresas ou os agricultores? As normas de sementes buscam realmente melhorar sua qualidade e sanidade ou buscam o controle monopólico do mercado? As sementes certificadas e registradas são as únicas sementes legais que podem circular no país? O uso e comercialização de sementes crioulas podem ser ilegais? Que responsabilidade e papel os governos nacionais desempenham na defesa das sementes? Que impacto as normas de sementes têm sobre os direitos dos agricultores, sobre a soberania e autonomia alimentar dos povos? Que ações devemos implementar a partir da sociedade para obter a liberdade das sementes?

A apreensão e destruição de 70 toneladas de sementes dos pequenos agricultores de arroz de Campoalegre, Huila, realizada pelo Instituto Colombiano Agropecuário (ICA), apresentada no documentário 9.70 de Victoria Solano, gerou um forte debate público nos meios de comunicação e nas redes sociais e indignação de muitos agricultores e cidadãos. O ICA determinou que os agricultores violaram a Resolução 970 de 2010, que regula a produção, o uso e a comercialização de sementes no país. Esse não foi um caso isolado, pois o Instituto Colombiano Agropecuário (ICA), desde 2010, vem realizando brigadas por todo o país, nas quais realiza apreensões e instaura processos judiciais contra produtores e comerciantes de sementes que usurpem os direitos de obtentores vegetais e que violem a resolução 970. Assim, entre 2010 e 2011, o ICA relatou a apreensão de 1.167.225 quilogramas de sementes, principalmente de arroz, mas também de batata, milho, trigo, pastos e feijão, entre outras. No ano de 2012, o ICA rejeitou 2.793.392 quilos de sementes de arroz por não cumprirem os requisitos exigidos. Os camponeses em

todo o país estão indignados com estas apreensões, as consideram ilegais e exigiram do ICA a revogação dessa resolução.

Diante desse debate sobre a Resolução 970, a gerente do ICA, Teresita Beltrán, tem tentado desvirtuar e desviar o verdadeiro problema que se tem atualmente na Colômbia com as normas de sementes, fazendo as seguintes afirmações, que não se ajustam à realidade:

A gerente do ICA diz que “é tendenciosa a afirmação de que a Resolução 970 é produto da assinatura do TLC ou de que responde a interesses de particulares”. Ainda que o ICA reiteradamente insista em que a resolução 970 não tem nada a ver com as obrigações subscritas pela Colômbia no TLC, na verdade um dos temas prioritários para os Estados Unidos para aprovar esse tratado é a adequação dos sistemas de propriedade intelectual sobre a biodiversidade e, especialmente, sobre as sementes, e o país adquiriu explicitamente a obrigação de subscrever o Convênio Internacional da UPOV 91, que entrou em vigor com a aprovação, em 2012, da Lei 1518. Com o TLC, o país se comprometeu, também, a garantir a segurança jurídica para que as empresas biotecnológicas e de sementes possam proteger suas inovações tecnológicas, e a garantir as condições para o mercado das sementes das empresas, o que se tornou realidade mediante a Lei 1032 de 2006 e a Resolução 970 de 2010.

O ICA afirma que “a Resolução 970 não se aplica ao controle das sementes tradicionais”. “Não há restrições para que um pequeno agricultor possa guardar e usar suas sementes crioulas e, no caso das sementes convencionais, os agricultores podem reservar uma porcentagem da colheita para ser replantada”. Apesar do ICA afirmar que as sementes crioulas não são controladas, existem atualmente instrumentos jurídicos para processar os agricultores que possuam sementes que apresentem similaridade ou possam ser confundidas com variedades protegidas legalmente. Isso poderia levar os agricultores a serem penalizados com multas e prisão, simplesmente por possuir ou disseminar sementes que se pareçam com as sementes protegidas legalmente que as empresas comercializam. Quanto às restrições existentes para que um pequeno agricultor possa reservar sementes para plantá-las novamente, essa reserva só poderá ser usada apenas uma vez e em uma área máxima de cinco hectares, e ele só pode utilizá-la para uso próprio e não pode entregá-la a terceiros a título nenhum; além disso, deve comprovar que, na unidade produtiva, em seu último cultivo, só utilizou sementes legais, certificadas e selecionadas.

A gerente do ICA também afirma que “no país, são produzidas 66 mil toneladas de sementes certificadas, 85% por empresas nacionais, e 15% por empresas internacionais”. O fato de, no país, a maior parte das sementes certificadas serem produzidas mediante franquias, por empresas nacionais, não significa que o sistema de sementes seja controlado por produtores nacionais, uma vez que, atualmente, a maioria das sementes certificadas e todas as transgênicas são propriedade de umas poucas empresas transnacionais; isso acontece com espécies como milho, arroz, algodão, cana-de-açúcar e hortaliças.

A quem as leis de sementes beneficiam? Para entender a dimensão e o alcance do que está acontecendo com as sementes e, especialmente, como afetam milhões de pequenos agricultores no país, é necessário analisar o contexto e as implicações que envolvem as leis de sementes.

Desde épocas ancestrais, os camponeses têm sido os criadores e melhoradores das sementes que sustentam a agricultura e a alimentação no mundo; é por isso que as sementes livres de propriedade intelectual são *patrimônio dos povos a serviço da humanidade*, o que tem garantido a soberania e autonomia alimentar das comunidades rurais. Os agricultores têm tido o direito ao livre acesso, à produção, a guardar, intercambiar e vender as sementes; é por isso que é inaceitável que se pretenda impor normas que privatizem as sementes e que tirem dos agricultores o controle sobre elas.

Os países industrializados pressionaram os países do Sul a adotar leis de patentes sobre a matéria viva e normas de direitos de obtentores vegetais sobre as sementes, e pretendem entregar às empresas de sementes o controle de todo o sistema de sementes; definem quem são os donos das sementes, e quais podem ser vendidas e quais não; desconhecem os direitos dos países de origem da biodiversidade e, especialmente, os direitos dos agricultores sobre suas sementes.

Hoje, 82% das sementes comercializadas no mundo estão patenteadas, e só dez empresas controlam 77% do mercado; destas, só três — Monsanto, Dupont e Syngenta — controlam 47% do comércio. Essas normas buscam tornar obrigatórios o registro e a certificação para a comercialização de sementes em mãos de umas poucas empresas, o que tem gerado a perda das sementes camponesas e indígenas, e criminalizam a livre circulação das sementes camponesas.

As normas de sementes na Colômbia. Nos últimos anos, na Colômbia, estão sendo feitas mudanças e ajustes nas políticas e leis sobre biodiversidade e sementes, em conformidade com as diretrizes e compromissos adquiridos nos Tratados de Livre Comércio assinados pelo país. Entre essas normas, destacam-se:

1. Artigo 4º da Lei 1032 de 2006, (Código Penal), diz “Quem, fraudulentamente, usurpar direitos de obtentor de variedade vegetal, protegidos legalmente ou *similarmemente confundíveis* com um protegido legalmente, incorrerá em prisão de 4 a 8 anos e multa de 26,6 a 1.500 salários mínimos legais mensais vigentes”. Esta norma penaliza o uso sem permissão de sementes protegidas pelas empresas, mas, na realidade, o que pretende é levar a que todos os agricultores só utilizem sementes registradas e certificadas. O aspecto mais crítico desta norma é que pode ser penalizado e criminalizado o uso de sementes crioulas que sejam “similarmemente confundíveis” com uma protegida legalmente; ou seja, os agricultores que possuam sementes crioulas que se pareçam com as sementes que são propriedade das empresas poderiam ser criminalizados. Mas quem determinará o que é confundível? Confundível para quem? Mais ainda, que base pode ser usada para penalizar uma semelhança, especialmente quando aquilo que é punido por ser parecido já existia antes daquilo com que é comparado?

2. A Resolução 970 do ICA, de 2010, controla a produção, armazenamento, comercialização e a transferência a título gratuito e/ou uso de sementes, no país.

Apesar do ICA assegurar insistentemente que esta norma não se aplica às sementes crioulas, não há nenhuma exceção destas sementes no âmbito de aplicação, portanto, sim, elas são afetadas. Sob a premissa de melhorar a qualidade e a sanidade das sementes, o que esta norma pretende, na verdade, é entregar o controle total às empresas donas de sementes privadas. As evidências científicas no mundo mostram que as sementes “melhoradas” certificadas e registradas são homogêneas e estão amarradas ao uso dos pacotes tecnológicos de agrotóxicos, e, em geral, foram as culpadas pelos graves problemas sanitários, que nos levaram a sementes resistentes a pragas e doenças, dependentes do uso descontrolado de agroquímicos. Pelo contrário, as sementes crioulas, por estarem adaptadas às condições ambientais e socioeconômicas das comunidades locais, apresentam menos problemas de pragas e doenças, e são nosso seguro frente às mudanças climáticas.

A Resolução 970 define que só podem ser comercializadas no país sementes “legais” que sejam registradas ou selecionadas, e são protegidas legalmente através da União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais, conhecida como UPOV; para poder registrar essas sementes, é necessário cumprir os requisitos de ser nova, homogênea, estável e distinguível; mas, evidentemente, as sementes crioulas não cumprem esses requisitos e não podem ser protegidas pelo sistema UPOV. É por essa razão que o ICA considera que as sementes crioulas só podem ser utilizadas pelos agricultores em suas unidades produtivas, mas não podem ser comercializadas.

Para exercer o controle de todas as sementes no país, o ICA pode entrar em qualquer imóvel ou unidade produtiva agrícola e realizar inspeções, apreensões e destruição de sementes, e pode processar judicialmente os agricultores de sementes caso encontre sementes protegidas “ilegais” ou sementes crioulas que não estejam certificadas para serem comercializadas, ou, inclusive, produtos alimentícios, como arroz, milho, feijão ou batata, que possam, eventualmente, ser usados como sementes.

Atualmente, o ICA continua exercendo o controle do uso de sementes, e agora pretende aprofundar os processos judiciais contra os possuidores de sementes “ilegais” mediante o novo Estatuto Geral de Processo, Lei 1564 de 2012, que outorga ao ICA funções jurisdicionais para resolver a usurpação dos Direitos de Propriedade Intelectual para Obtentores Vegetais. Adicionalmente, o ICA foi dotado de maiores recursos financeiros a serem aplicados na contratação de pessoal qualificado para realizar as brigadas que “combatam o flagelo da ilegalidade, que põe em xeque a saúde vegetal nacional”, como anunciou, recentemente, na assembleia da Acosemillas, a senhora Ana Luisa Diaz, diretora técnica de sementes do ICA.

3. A nova norma de sementes? (Macaco continua macaco, ainda que use jóias de ouro). Após a enorme rejeição que gerou em todo o país com a Resolução 970 sobre sementes, o ICA agora pretende revogar essa norma e expedir uma nova; é assim que divulgou a versão inicial da resolução através da internet, por um período de sessenta dias, a fim de fazer uma consulta pública. É evidente que este

procedimento de consulta para expedir uma nova norma de sementes que pode afetar as comunidades indígenas, afrocolombianas e camponesas não é válido, da mesma forma como a Corte Constitucional definiu que a lei aprovada pela UPOV 91 não foi consultada com essas comunidades étnicas. Portanto, não reconhecemos o suposto processo de consulta que o ICA está fazendo, através da internet, da nova resolução que substitui a 970.

A diferença fundamental dessa nova versão, em relação à 970, é que se inclui um parágrafo adicional que diz; “Excluem-se do âmbito de aplicação da presente resolução aquelas sementes de variedades locais cujo fim não seja a comercialização”. Esta mudança na norma demonstra efetivamente que o que o ICA pretende é controlar e proibir que as sementes crioulas possam ser usadas, intercambiadas ou comercializadas pelos agricultores. Além disso, o texto da nova norma foi “limpo” de qualquer linguagem que possa gerar reações no público; mas, no fundo, o espírito e a intenção são os mesmos da 970 e das demais leis de sementes vigentes no país.

Em meio ao calor da paralisação agrária que tinha parado grande parte do país rural e urbano, e diante da pressão dos camponeses na mesa de negociação com o governo nacional, sobre o tema das leis de sementes, o Presidente Santos anunciou que a Resolução 970 “está congelada”; “o governo nacional se compromete a não aplicar a Resolução 970 às sementes nacionais, e a trabalhar, em uma mesa técnica, o tema das sementes, e na estruturação de uma nova proposta sobre sementes certificadas que não afetem o produtor agropecuário”. Esse anúncio do governo gera confusão e desinformação, porque, na verdade, não existe juridicamente a figura de não aplicação de uma norma, uma vez que, ou as normas estão vigentes ou são revogadas, mas não “congeladas”; além disso, não existe nenhum documento oficial que tenha adotado a decisão de não aplicar a Resolução 970; mas esse anúncio possibilitou ao governo aplacar os ânimos dos camponeses e diminuir a pressão sobre o tema, e, enquanto isso, o ICA continua com a intenção de modificar essa norma através da nova versão de resolução mencionada anteriormente.

O mais relevante desse debate é que a questão das normas de sementes foi colocada na agenda de negociação entre o governo nacional e os camponeses. Espera-se que as mudanças que forem obtidas possam ir além de apenas fazer umas mudanças na Resolução 970, porque, se verdadeiramente se quer proteger as sementes, devem ser revogadas todas as normas que permitem aplicar propriedade intelectual às sementes, bem como as normas que penalizam o livre uso das sementes por todos os agricultores.

4. A Lei 1518, de abril de 2012, pela qual é aprovada a “União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais-UPOV 91. Esta lei foi aprovada no âmbito dos compromissos adquiridos pelo governo nacional para a aprovação e entrada em vigor do TLC com os Estados Unidos. A Corte Constitucional começou a revisar a constitucionalidade desta lei, e, nesse processo, muitas pessoas e organizações de todo o país e do exterior enviaram para a Corte documentos que comprovam os efeitos nocivos que a UPOV-91 tem para o país. A Corte declarou esta lei

inexequível em dezembro de 2012, “por não ter sido realizada a consulta prévia às comunidades indígenas e afrocolombianas”. Além disso, a Corte destaca que a aplicação de propriedade intelectual sobre as sementes pela UPOV 91 poderia afetar a biodiversidade, a cultura e os territórios dos povos, e considera a possibilidade de que “a consulta poderia levar à necessidade de se renegociar o Tratado”.

Apesar da Corte ter declarado a UPOV 91 inexequível, é fundamental ter em conta que muitos dos aspectos nocivos mencionados anteriormente estão incorporados em outras normas de propriedade intelectual e de sementes que são aplicadas no país, como é o caso da versão de 1978 da UPOV, vigente atualmente na legislação nacional, na Lei 1032 de 2006 e na Resolução 970 do ICA. É por isso que o conjunto de normas de propriedade intelectual e de sementes são as reais ameaças a todo o sistema de sementes, aos direitos das comunidades locais e à soberania alimentar do país.

O que fazer diante dessas normas de sementes? Para enfrentar essas normas retrógradas que querem acabar com nossas sementes, devemos fortalecer os processos de recuperação e uso das sementes crioulas e os sistemas tradicionais baseados no manejo da biodiversidade, que possibilitam que as sementes se mantenham vivas e caminhando. Devemos formar alianças entre os diferentes setores sociais, para realizar ações de resistência frente a essas leis, mobilização social de repúdio às apreensões de sementes ou à obrigatoriedade de só utilizar sementes certificadas e à introdução de sementes transgênicas. Podemos apoiar e participar das campanhas e redes que se formaram no país, como a *Rede de Sementes Livres da Colômbia*, e apoiar e instaurar as ações judiciais que visam revogar o artigo 4º da Lei 1032 de 2006 (Código Penal), a Resolução 970 de 2010 do ICA e as novas normas que sejam expedidas que limitem o livre uso das sementes pelos agricultores.

É inaceitável que o ICA, em vez de promover o desenvolvimento rural que garanta a proteção dos patrimônios genéticos da nação e dos direitos de milhões de camponeses, indígenas e afrocolombianos, se torne uma entidade policial que persegue, processa judicialmente e pune os agricultores por realizar com dignidade o trabalho de melhorar, usar, guardar, intercambiar e comercializar sementes.

Os agricultores do país consideramos essas normas ilegais e não vamos reconhecer nenhuma que pretenda privatizar e entregar às empresas transnacionais o controle do uso de sementes, no âmbito das leis vigentes do país. Essas normas violam os direitos sobre o patrimônio genético e cultural dos colombianos e, especialmente, os direitos coletivos dos povos indígenas e comunidades camponesas sobre sua biodiversidade e suas sementes. Consideramos que as únicas normas de sementes que devem ser implementadas no país devem ser para que o ICA exerça um controle real e efetivo das sementes e das tecnologias que possam afetar o patrimônio genético da nação e as sementes que as comunidades locais ainda protegem e utilizam.

Bogotá, 26 de agosto de 2013
(atualizada em 17 de setembro)

Tópicos de posição sobre as sementes na Paralisação Agrária

A Colômbia é um dos países do mundo com maior agrobiodiversidade, revelada através de centenas de variedades nativas e crioulas nas mãos de milhões de agricultores das comunidades indígenas, afrocolombianas e camponesas. As sementes são consideradas “Patrimônio dos povos, a serviço da humanidade” e têm sido o fundamento para sua soberania e autonomia alimentar, pelo que devem continuar nas mãos dos agricultores. Neste contexto, surgem os seguintes aspectos, que são fundamentais para as comunidades rurais e que devem ser incluídos nas políticas governamentais sobre sementes:

1. Não aceitamos nenhuma norma de propriedade intelectual aplicada às sementes (patentes e direitos de obtentores vegetais), pois permitem sua privatização e o controle corporativo das sementes, mediante o monopólio dos mercados. Essas normas violam os direitos sobre o patrimônio genético da nação, os direitos coletivos dos povos para o livre uso, produção e comercialização das sementes, e criminalizam o uso das sementes pelos agricultores.

2. Todas as normas de sementes que operam na Colômbia se baseiam na União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), aprovada por meio da Decisão 345 de 1993 da Comunidade Andina de Nações, que protege os Direitos dos Obtentores Vegetais (DOV). Posteriormente, a Lei 1032 de 2006, no artigo 4º, penaliza a usurpação dos DOV; e, em 2010, o ICA expediu a Resolução 970, que controla a produção, uso e comercialização de sementes. Finalmente, em 2012, foi aprovada a Lei 1518, que implementa o convênio UPOV 91, norma que foi derogada recentemente pela Corte Constitucional. Exigimos a revogação destas normas, em concordância com a decisão da Corte.

3. As normas de sementes e suas modificações nos últimos anos na Colômbia respondem a pressões dos países industrializados para que ajustem as leis nacionais às normas de propriedade intelectual e ao controle que as empresas sementeiras exercem sobre todo o sistema das sementes. É assim que o artigo 4º da Lei 1032, a Resolução 970 e a Lei 1518 foram aprovados no âmbito dos tratados de livre comércio, o que implica que estas normas beneficiam as grandes transnacionais sementeiras, e não os pequenos agricultores.

4. A Resolução 970 foi expedida com o argumento de obter a sanidade e qualidade das sementes, mas, na verdade, o que permite é entregar o controle monopólico das sementes às empresas e tornar obrigatório o uso e a comercialização de sementes certificadas e registradas, como também criminaliza e proíbe a produção e comercialização de sementes crioulas.

5. Todas estas normas foram proferidas sem a realização de “consulta prévia” informada com populações étnicas e camponesas. O ICA considera que a consulta

da Resolução 970 e da modificação desta resolução é realizada através da internet, o que é inaceitável para as populações rurais; portanto, a consideramos ilegítima. A Corte Constitucional, depois de estudar a exequibilidade da Lei 1518 (UPOV 91), considerou que o argumento central para derogá-la foi a “não consulta dos povos indígenas e afrocolombianos”, e existe suficiente jurisprudência da Corte Constitucional sobre a forma que deve ser feita a consulta para projetos que afetem estas comunidades, e, evidentemente, não é através da internet.

6. Rejeitamos os cultivos e alimentos transgênicos que o governo nacional autorizou para o plantio e o consumo no país. Existem evidências científicas suficientes no mundo que mostram os impactos ambientais pela contaminação genética dos cultivos transgênicos sobre as sementes crioulas, os impactos socioeconômicos e sobre a soberania alimentar dos povos e a saúde humana e animal. É evidente o fracasso do algodão transgênico no país, pois os agricultores de Córdoba e Tolima tiveram perdas milionárias devido às péssimas sementes de algodão transgênico que as empresas lhes venderam. Em aplicação do “princípio da precaução”, pedimos que sejam revogadas as autorizações para esses cultivos e alimentos transgênicos no país.

7. Repudiamos as apreensões de sementes e as ações judiciais contra agricultores que o ICA está realizando em diferentes regiões do país. Entre 2010 e 2012, foram apreendidas mais de 4.167.225 quilos de sementes, de acordo com informação oficial do ICA. Consideramos essas apreensões ilegais, porque os direitos dos agricultores estão sendo violados.

8. Igualmente, exigimos que os agricultores não sejam obrigados a usar somente sementes certificadas e registradas nos programas e projetos governamentais de fomento agrícola e como requisito para ter acesso aos créditos financeiros agrícolas.

9. Na Resolução 970 do ICA, se estabelece que o agricultor só poderá reservar, de sua colheita, sementes das empresas por uma só vez, em unidades produtivas de no máximo cinco hectares, e não pode entregá-las a terceiros sob nenhum título; além disso deve comprovar que, em seu último cultivo, só usou semente legal certificada. Esta determinação é inaceitável e vai contra os “direitos do agricultor”, consagrados no Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos (TIRFAA), da FAO. No art. 9º, inciso 9.3, que determina: “Nada do que é dito neste artigo será interpretado no sentido de limitar qualquer direito que os agricultores tenham de conservar, utilizar, intercambiar e vender material de plantio ou propagação conservado nas unidades produtivas, conforme a legislação nacional e segundo proceda”.

10. O governo deve exercer um forte controle sobre as empresas transnacionais que se apropriem das sementes certificadas e patentadas, que monopolizam o mercado, a disponibilidade de sementes e impõem preços especulativos, como nos casos de sementes de algodão, arroz e batata. O governo deve fazer controles rigorosos da qualidade e sanidade das sementes das empresas, para que não afetem as sementes e a agricultura camponesas.

11. O ICA atualmente pretende revogar a Resolução 970 e aprovar uma nova norma. A diferença fundamental deste novo projeto de resolução é que se inclui um parágrafo adicional que diz: “São excluídas do âmbito de aplicação da presente resolução aquelas sementes de variedades locais, cujo fim não seja a comercialização”. Esta mudança na norma demonstra efetivamente que o que o ICA pretende é controlar e proibir que as sementes crioulas possam ser usadas, intercambiadas ou comercializadas pelos agricultores; o que se pretende é que as sementes dos agricultores se mantenham confinadas em sua unidade produtiva e não possam ser entregues a terceiros ou comercializadas.

12. Consideramos fundamental que as políticas públicas sobre sementes estejam orientadas a favorecer os sistemas vivos de sementes camponesas, sistemas que estejam sob o controle das comunidades locais, que promovam a agroecologia e a pesquisa participativa dos camponeses para o desenvolvimento de sementes de boa qualidade, de acordo com suas necessidades e condições ambientais e socioeconômicas.

Para cada semente que nos confiscarem, faremos que estas germinem e floresçam de novo, se multipliquem, se espalhem e caminhem livremente com os agricultores pelos campos da Colômbia.

A contrapelo | 4 de setembro de 2013

Mobilização camponesa na Colômbia coloca os holofotes sobre as sementes

GRAIN

Em 19 de agosto, as organizações camponesas colombianas iniciaram uma paralisação agrária nacional. Bloquearam estradas, derramaram leite sobre os automóveis e, basicamente, deixaram de produzir comida para as cidades. O problema? Que estão sendo asfixiados pelas políticas governamentais. O Estado não proporciona quase nenhum apoio ao setor camponês de pequena escala.¹ Ao contrário, promove um modelo econômico e social que serve aos interesses de uma elite endinheirada e minoritária. Os tratados de livre comércio (TLC) firmados recentemente com os Estados Unidos e a União Europeia estão atentando contra os produtores colombianos, que não podem competir com as importações subsidiadas.² O governo colombiano promoveu ativamente a monopolização de terra por parte das grandes corporações, muitas delas estrangeiras (Mônica Sementes do Brasil, Merhav de Israel, Cargill dos EUA), a fim de impulsionar os agronegócios orientados para a exportação à custa dos cultivos familiares orientados para a soberania alimentar.

Os manifestantes argumentam que é necessário proporcionar um respaldo real ao setor camponês, especialmente um acesso à terra e menores custos de

produção. Se isso não ocorrer, os produtores de café, batata, carne e laticínios, para não mencionar os pescadores em pequena escala, não terão como continuar trabalhando. Há expulsão e extermínio. Já postos contra a parede, a mobilização começou em uma parte do país, em junho, e cresceu até se transformar numa ação coordenada em nível nacional, em agosto.

A paralisação agrária foi prontamente apoiada por outros setores: os operários da indústria petroleira, os mineiros, os transportadores, os profissionais do setor da saúde e outros. Em 29 de agosto, com a paralisação iniciada há dez dias, mais de 20 mil estudantes se uniram ao movimento e bloquearam Bogotá, a capital do país. A resposta do governo foi caótica e contraditória. As forças policiais reprimiram violentamente, ferindo muitos dos manifestantes, para não mencionar os jornalistas. Mais de 250 pessoas foram presas, incluindo o dirigente sindical de alto nível Hubert Jesús Ballesteros Gómez. Fabricaram acusações para a maioria. Houve mortos de ambos os lados. Em um momento, o governo reconheceu que os agravos reclamados pelos camponeses eram válidos, e ofereceu algumas concessões. Em outro, alegou que o movimento estava infiltrado pelas FARC. O presidente Santos inclusive apareceu na televisão dizendo: a “paralisação agrária não existe”. No dia seguinte, ele foi filmado de um helicóptero inspecionando os conflitos e as repressões com gás lacrimogêneo que ocorriam nas ruas de Bogotá.

A mobilização teve tanto êxito que abriu um espaço de discussão, conscientização, solidariedade e resistência na Colômbia. Os estudantes, por exemplo, entenderam muito bem que era preciso respaldar os camponeses e apoiar suas reivindicações. E, em voz alta, se opuseram aos OGM e exigiram soberania alimentar. Mas também levantaram suas próprias reivindicações a favor de uma educação gratuita, fazendo da mobilização uma onda mais ampla de pressão social para mudar as atuais políticas colombianas, sem se limitar às preocupações agrárias.

A Lei 970. As sementes emergiram como um dos pontos mais visíveis. Segundo os TLC firmados com Washington e com Bruxelas, a Colômbia deve promover direitos monopólicos legais sobre as sementes vendidas pelas corporações norte-americanas e europeias, como incentivo para que estas corporações invistam no país. Os camponeses que forem surpreendidos vendendo sementes guardadas de variedades protegidas, ou inclusive sementes nativas que não tenham sido registradas formalmente, poderão enfrentar multas e inclusive penas de prisão.³ Como ocorre em muitos outros países do mundo, criminalizar os camponeses e indígenas por guardar, intercambiar e vender suas próprias sementes põe em grave risco a biodiversidade e o patrimônio cultural do país.

E embora seja verdade que o governo colombiano passou vários anos se movendo nessa direção e concordou com essas políticas como parte de sua filiação à Comunidade Andina ou à Organização Mundial do Comércio, muitas pessoas apontam que foi somente a partir da assinatura dos tratados com os Estados Unidos e a União Europeia que o governo empreendeu uma implementação séria de tais políticas. No ano passado, as autoridades colombianas invadiram os armazéns e os caminhões dos produtores de arroz de Campoalegre, na província de Huila, e

destruíram, com violência, 70 toneladas de arroz, que diziam que não tinha sido processado de acordo com as normas. A intervenção militar para destruir sementes camponesas surpreendeu muita gente e inspirou a jovem ativista Victoria Solano a realizar um filme a respeito. O filme se intitula “9.70”, porque esse é o número da lei adotada em 2010 que articula o “direito do Estado a destruir as sementes dos camponeses que não cumprem as disposições.”⁴ Hoje, graças à força, tenacidade e justiça do protesto camponês, pessoas de todas as vertentes que formam a Colômbia estão discutindo, como se pode ver no filme, na mídia, nas redes sociais e nas ruas, e se perguntam por que o governo promove políticas tão insensatas.

Apoiemos o movimento. Não existe dúvida nenhuma de que os camponeses colombianos podem alimentar muito bem o país, de uma forma que proporciona empregos, dignidade e um ambiente saudável. Mas o governo está tão firmemente amarrado a um modelo econômico que serve aos interesses de seus comparsas que se nega a promover o cultivo familiar de pequena escala. Devemos todos apoiar a luta popular agrária na Colômbia para mudar o modelo. Ainda não é tarde demais.

Uma ação concreta, o documentário “9.70” — que pode ser visto online em espanhol em http://youtu.be/kZWAqS-EL_g — está buscando recursos para produzir uma versão com legendas em inglês, de forma que mais gente em todo o mundo possa entender o que os camponeses colombianos enfrentam, e assim os apoiemos em sua luta para derrotar tais políticas. A menor contribuição ajuda. Entrem por favor em <http://idea.me/proyectos/9162/documental970> para participar. A data limite é dez de setembro!

Outra ação significativa é que a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo, da Via Campesina, está buscando iniciativas de solidariedade internacional para apoiar a paralisação. Entrem, por favor, em <http://goo.gl/9u6RXJ>, para saber mais. De novo, é crucial o tempo para fazê-lo.

Para além da Colômbia, a disputa em torno de legislações de sementes semelhantes se agrava nos altos escalões políticos e por todo o campo, também na Argentina e no Chile. Uma preocupação é que os elementos mais agressivos adotados pelo governo da Colômbia também possam penetrar em outros países latino-americanos. De fato, é urgente erradicar essas leis.

No fechamento da edição em espanhol - 6 de setembro, 2013

O governo colombiano anunciou a suspensão da Resolução 970, que foi objeto de protestos públicos massivos nas últimas semanas graças à enorme mobilização camponesa que começou em 19 de agosto. A resolução, aprovada no ano de 2010 e às vezes conhecida como Lei 970, tornou ilegal que os agricultores colombianos guardassem sementes, favorecendo que empresas privadas e empresas transnacionais obtenham o controle monopólico do mercado.

A suspensão será por um período de dois anos, e só se aplicará às sementes produzidas no país (não às importadas). O governo diz que vai utilizar esse congelamento de dois anos para elaborar novas normas sobre o uso de sementes “que não afetarão os pequenos agricultores”.

Essa medida NÃO significa uma mudança de política. Trata-se de uma declaração pública por parte do governo. As pessoas estão esperando que seja publicado um documento com força legal para ver o que se apresenta ali, e reiteram o apelo para que a Resolução seja totalmente revogada.

Para aprofundar

“La historia detrás del 970”, *Semana*, Bogotá, 24 de agosto, 2013, <http://www.semana.com/nacion/articulo/la-historia-detras-del-970/355078-3>

Grupo Semillas, “Colombia: Las leyes que privatizan y controlan el uso de las semillas, criminalizan las semillas criollas”, Bogotá, 26 de agosto, 2013, http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Noticias/Colombia_Las_leyes_que_privatizan_y_controlan_el_uso_de_las_semillas_criminalizan_las_semillas_criollas

Julia Duranti, “A struggle for survival in Colombia’s countryside”, 30 de agosto, 2013, <http://www.bilaterals.org/spip.php?article23762>.

Visitem o website de [bilaterals.org](http://www.bilaterals.org) para uma cobertura maior da paralisação agrária e da luta em torno da Lei 970.

Para mais informações sobre as leis de sementes na Colômbia, por favor contatem o Grupo Semillas em semillas@semillas.org.co ou visitem seu website, <http://semillas.org.co/>.

Para saber mais da luta que está ocorrendo no Chile, contatem a Anamuri, a Associação Nacional de Mulheres Rurais Indígenas, <http://www.anamuri.cl>.

Para mais informações sobre o que ocorre na Argentina, por favor contatem Diego Montón da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo, da Via Campesina, <http://www.cloc-viacampesina.net>, secretaria.cloc.vc@gmail.com.

Comunicado do ICA: <http://www.ica.gov.co/Noticias/Corporativas/2013/Comunicado-a-la-opinion-publica-%281%29.aspx> A propósito del documental 970 - comunicado a la opinión pública

Campoalegre Noticias: www.campoalegrenoticias.com/campoalegrunos-ganan-el-primen-roun-contra-9-70-del-ica/

Rádio Caracol: [“http://www.caracol.com.co/audio_programas/archivo_de_audio/congelada-la-resolucion-970-que-inspirara-documental-970/20130905/oir/1964819.aspx”](http://www.caracol.com.co/audio_programas/archivo_de_audio/congelada-la-resolucion-970-que-inspirara-documental-970/20130905/oir/1964819.aspx) Congelada la resolución 970, que inspirara la documental 970”

“http://www.caracol.com.co/audio_programas/archivo_de_audio/la-suspension-de-la-resolucion-970-debe-tener-un-respaldo-legal/20130905/oir/1964811.aspx” La suspensión de la resolución 970 debe tener un respaldo legal”

El Tiempo: “http://www.eltiempo.com/politica/acuerdos-entre-gobierno-y-campesinos-en-tunja_13047442-4” Acuerdos entre gobiernos y campesinos en tunja”

Notas

1 Quase um terço da população colombiana vive no campo e quase 60% daqueles que vivem nas áreas rurais passam fome, em alguma medida. Ver *Paro Nacional Agrario y Popular. Pliego de Peticiones*. http://www.cut.org.co/index.php?option=com_content&view=article&id=5145.

2 Os efeitos estão apenas começando, mas são reais. As exportações agrícolas para a Colômbia subiram 62% no primeiro ano do tratado, enquanto as exportações agrícolas colombianas para os Estados Unidos baixaram 15% (Ver USTR, <http://www.ustr.gov/about-us/press-office/fact-sheets/2013/may/us-colombia-one-year-later>, e o portafolio, <http://www.portafolio.co/especiales/resultados-del-tlc-en-colombia/balance-primer-ano-tlc-colombia-y-ee-uu-2>)

3 Para obter registro e certificação, as sementes precisam atender critérios de uniformidade e estabilidade genéticas, para se ajustar aos processos agroindustriais. Isso exclui, por definição, as sementes camponesas, ou variedades crioulas, como são chamadas na Colômbia — que tendem a ser diversas, adaptáveis e dinâmicas. Sob as leis atuais da Colômbia, se um camponês quer plantar sementes crioulas, precisa obter uma autorização do governo, só pode fazê-lo uma vez apenas, só pode fazê-lo em cinco hectares ou menos, e deve consumir toda a colheita em casa (não pode vendê-la no mercado).

4 Ver a página do Facebook do filme em <https://www.facebook.com/documental970> e no Twitter busquem #NoMas970. Nos três anos de vigência da Lei 970, até agora (2010-2012), o governo rejeitou ou destruiu 4 mil toneladas de sementes.

Diante da ofensiva da UPOV no Chile

A ofensiva da UPOV no Chile pouco difere daquilo que estão tentando impor em muitos outros países. Diversos artigos facilitam a apropriação de sementes locais por parte das empresas, criminalizam o uso de sementes próprias por parte do campesinato, e impõem elementos absurdos como o de as empresas que registram alguma variedade como própria poderem, depois, impedir o uso de qualquer semente que seja parecida. E a ameaça do confisco de sementes, cultivos e plantações faz parte das novas sanções e grilhões que são impostos às famílias camponesas que ousem continuar fazendo o que fizeram a vida toda.

O que as empresas e o governo não esperavam é a reação social que pouco a pouco foi sendo construída no Chile. A lei de sementes de acordo com a UPOV 91 foi aprovada no primeiro trâmite no ano de 2010, apesar da forte oposição de diversas organizações camponesas — especialmente da ANAMURI e da CLOC-VC no Chile —, assim como de grupos da sociedade civil. Apesar dessa primeira derrota, as organizações continuaram informando e denunciando os conteúdos da lei, pelo que, quando o Chile aderiu ao Convênio UPOV 91, a oposição foi muitíssimo mais ampla e ativa, e levou um grupo de senadores a solicitar que o Tribunal Constitucional declarasse a inconstitucionalidade dessa adesão. Aqui foi

sofrida uma nova derrota, mas o trabalho de informação continuou e se ampliou, entre outros meios, através das muitas mobilizações sociais que tem sido realizadas no país desde 2011, entre as quais se destacam as mobilizações estudantis. Atualmente, o repúdio à privatização das sementes e à Lei UPOV 91 é uma preocupação nacional e transversal que até há pouco tinha impedido que a lei fosse aprovada no segundo trâmite. No entanto, o governo de direita — sob a pressão do governo dos Estados Unidos — deu urgência a esse segundo trâmite, tentando aprovar definitivamente a lei sem que as organizações pudessem reagir. A mobilização dessa vez foi em nível nacional e por todo tipo de meios, de marchas em todo o país que causaram grande impacto, a campanhas de informação pela internet, programas de rádio, entrevistas pela televisão, oficinas de informação em comunidades rurais, organizações estudantis, universidades, reuniões com autoridades religiosas, conversas e intercâmbio de informação com senadores, etc. O impacto de milhares de pessoas se mobilizando, pressionando senadores e protestando foi suficientemente forte para romper, ao menos parcialmente, o férreo cerco informativo que se vive no Chile, e para convencer uma maioria dos senadores (21 de 38) a se comprometer a rejeitar o projeto de lei. Diante dessa nova situação, o governo retirou a lei de votação, a fim de postergá-la até depois das eleições que acontecerão em novembro de 2013, quando vários dos senadores atualmente comprometidos contra a lei terão cessado seus trabalhos parlamentares. Na data em que se escreve esta nota, final de setembro de 2013, as organizações camponesas e da sociedade civil continuarão se mobilizando para exigir que o voto de rejeição se efetive em breve.

CLOC-Via Campesina – Chile

Ataques, políticas, resistência, relatos

Equador

Declaração coletiva pela defesa do Yasuní, dos direitos humanos e da vida

Diversos coletivos, organizações e pessoas de todas as províncias do Equador, reunidas e articuladas em torno da defesa do Yasuní, dos direitos humanos e da vida, fazemos a seguinte declaração:

* Consideramos que o extrativismo, como prática do sistema capitalista, gera desigualdade, pobreza e destruição na sociedade, assim como a devastação do meio natural, especialmente de lugares megadiversos do mundo, onde se pretende realizar a exploração de recursos não renováveis.

* Acreditamos no Sumak Kawsay como paradigma de uma vida digna, harmoniosa e equitativa; o verdadeiro “Bem Viver” não pode contemplar a destruição da natureza nem da vida dos seres humanos.

* Consideramos que as novas formas de acumulação do capital mantêm um sistema econômico de desigualdade social, no qual as elites (locais e internacionais) pretendem se beneficiar dos chamados recursos naturais existentes em lugares que não tinham sido explorados; razão pela qual esse tipo de acumulação é residual e terminal. Devido a isso, nossa luta é projetada como uma alternativa ao modelo burguês extrativista.

* Entendemos e não aceitamos que a exploração do Yasuní seja o resultado de uma política extrativista mais ampla do governo, que se concretiza em medidas como: a XI ronda petroleira, a expansão da mineração em grande escala, a introdução de transgênicos, o aprofundamento de um modelo agroindustrial de monocultivos, etc.

* Por isso, acreditamos na iniciativa de manter o petróleo sob a terra no Yasuní-ITT como um emblema nacional e internacional que representa um primeiro passo no caminho para modelos pós-extrativistas, para outras formas de vida socialmente justas e ecologicamente sustentáveis.

* Insistimos em que o esgotamento dos recursos fósseis, tanto no Equador quanto em nível mundial, é uma realidade iminente, portanto uma transição para o pós-extrativismo não é somente uma opção desejável, mas uma via inevitável.

* Estamos conscientes de que não existe uma exploração petrolífera “responsável” que não gere grande impacto ambiental, ainda mais quando fomos testemunhas de quarenta anos de contaminação e destruição em nossa Amazônia.

* Opomo-nos a toda atividade que atente contra os direitos humanos e os direitos da natureza, garantidos nos Artigos 10, 11, 57, 71, 72, 73 e 74 da Constituição equatoriana. Quer dizer, que ponha em risco a vida da flora, da fauna e de comunidades existentes na região, ainda mais caso se tratem de povos em isolamento voluntário.

* Defendemos a identidade plurinacional, a cosmovisão dos povos ancestrais, e o patrimônio natural, cultural e genético. Rejeitamos o modelo de desenvolvimento pós-neoliberal, baseado na ideia do progresso capitalista e patriarcal. Apostamos em recuperar uma relação equilibrada e harmoniosa entre a natureza e o ser humano, e também entre o urbano e o rural.

* As mulheres nos declaramos em resistência ao modelo extrativista que afeta diretamente nossos corpos e vidas, pois somos nós as que historicamente nos encarregamos das consequências da atividade extrativa com a violência, exclusão e saqueio que esta gera.

* Não estamos de acordo com a falsa crença de que o extrativismo resolverá o problema da pobreza, pois esta não é uma questão de falta de recursos, senão de distribuição dos mesmos. Existem alternativas econômicas sustentáveis e viáveis à exploração petrolífera que merecem ser discutidas mais amplamente no espaço público.

* Como movimento independente, democrático, de caráter inclusivo e diverso, buscamos levar nossa mensagem a todos os setores da população de maneira pacífica. Rejeitamos todo tipo de violência e de criminalização do protesto social, assim como a violação de nossos direitos constitucionais como a educação, a organização e a resistência.

* Com todos esses antecedentes, amparados no artigo 104 da Constituição do Equador, e considerando que a exploração do Yasuní ITT é de interesse nacional, apostamos na realização de uma consulta popular YA [JÁ]!

Yasunidos e Yasunidas pela vida,
Quito, 8 de setembro de 2013
Fonte: Amazônia pela Vida

Proteger o planeta, manter as empresas petroleiras fora do Bloco ITT no Yasuní

Prezado senhor Presidente Rafael Correa,

Estamos estupefatos pelo anúncio que o senhor fez, em 15 de agosto, de permitir a extração de petróleo do bloco Yasuní-ITT. Acreditamos firmemente que a decisão inicial de deixar o petróleo no subsolo deste antigo território foi uma decisão correta e não deve ser revisada ou mudada por nenhuma razão.

Pela presente declaramos nosso apoio à iniciativa original de parar o petróleo do ITT que se encontra no Parque Nacional Yasuní.

O Equador tem mostrado liderança de muitas maneiras, incluindo o reconhecimento dos direitos da natureza (na Constituição do Equador de 2008), a Iniciativa Yasuní-ITT, e em geral ampliando um espaço de liberdade e democracia hoje em dia. É assim que a maior parte do mundo vê o Equador.

O fato de abrir o Yasuní-ITT para a entrada de companhias petroleiras nacionais ou estrangeiras anula de vez a imagem positiva que seu querido país construiu. Para começar, ao permitir a exploração petrolífera no Yasuní-ITT, o senhor estaria negando os direitos dos povos indígenas que escolheram viver em isolamento voluntário. Em segundo lugar, o senhor estaria fechando um espaço à democracia e se recusando a escutar a voz de milhões de equatorianos que manifestaram corajosamente sua insatisfação com esta medida antipopular. Como terceira questão, explorar o ITT se contrapõe aos direitos constitucionais que a natureza tem.

A extração de petróleo não é, de maneira nenhuma, uma atividade benigna, e as profundas marcas deixadas pela Texaco (Chevron) na Amazônia equatoriana são uma cruel lembrança disso. Devem-se tomar medidas para que a terra se cure, e não causar-lhe mais danos.

Finalmente lhe fazemos um apelo, senhor presidente, para ignorar o fato de que o mundo não teve pressa em contribuir com o dinheiro que o senhor pedia em troca de não extrair o petróleo. Saiba o senhor, de nossa parte, que sua proposta tinha inspirado muitos povos em todo o mundo que reivindicam que se detenha a expansão da fronteira petroleira, especialmente em ecossistemas frágeis. Hoje em dia, yasunizar ganhou o significado de preservar a integridade da Mãe Terra diante dos estragos causados pelas insaciáveis companhias petroleiras e pelos governos.

O dinheiro não pode pagar pelas conquistas que a proposta Yasuní-ITT deu ao Equador no mundo. Afirmamos que os direitos dos povos do Yasuní e os direitos da natureza merecem respeito e defesa, portanto o petróleo do Yasuní-ITT deve ser mantido sem exploração.

Pedimos ao senhor e à Assembleia Nacional que o façam. Mais ainda, lhe solicitamos, senhor presidente, que pare a repressão aos jovens do Equador que estão de pé em apoio à vida e ao Yasuní!

Oilwatch International. Noble Wadzah-Gana (Oilwatch África). Siziwe Khanyile - África do Sul (Oilwatch África). Ivonne Yáñez - Oilwatch América Latina. Clemente Bautista - Filipinas (Oilwatch Sudeste Asiático). Faikham Harnnarong - Tailândia (Oilwatch Sudeste Asiático). Tom Goldtooth - EUA (Indigenous Environmental Network). Winnie Overbeek - Uruguai (Movimento Mundial pelas Florestas). Nnimmo Bassey - Nigéria (Health of Mother Earth Foundation/Oilwatch International)

Equador

A Conaie diante da visita do presidente Correa à nacionalidade waorani

A relação do Estado com a Amazônia sempre foi guiada por razões e interesses alheios aos desta região equatoriana, a Amazônia entra no território nacional definitivamente quando petróleo é descoberto. Mas sua entrada se dá unicamente como fonte de extração de recursos naturais. Nunca houve antes um interesse nacional pela Amazônia.

As políticas do Estado foram guiadas desde então pelo “interesse nacional” da exploração petrolífera, a existência e vida das nacionalidades indígenas tem sido vista como um problema, pelo que o confronto Estado-nacionalidades indígenas tem sido uma constante. Como uma forma de resposta aos distintos governos nacionais e locais, no máximo, implementaram políticas assistencialistas. Nos longos anos neoliberais o Estado desapareceu, e foram substituídas pelas transnacionais petroleiras e pelas missões religiosas. O interesse em melhorar as condições de

vida dos habitantes ancestrais e sua relação com o Estado e o resto da sociedade equatoriana tem sido das próprias nacionalidades indígenas amazônicas.

A relação assistencialista, imposta pelas empresas petroleiras, é um modelo perverso que gerou muitas necessidades para as nacionalidades indígenas, com o propósito de atendê-las, em seguida, na ausência do Estado. Um acerto deste governo foi eliminar as relações diretas petroleiras-comunidades, e deixá-las a cargo do Equador Estratégico, já que é o Estado quem deve atender as necessidades da população e quem, mediante processos adequados que respeitem as características culturais das comunidades e no âmbito do caráter plurinacional, deve decidir conjuntamente os planos e programas de desenvolvimento mais convenientes.

É lamentável ver como o Estado, ausente por tantas décadas, agora aparece com a proposta de aumentar as verbas para a região, e lhes oferecendo saúde, educação, emprego, sob a condição de apoiarem o extrativismo petrolífero, particularmente no bloco ITT do Yasuní, jogando com a necessidade das pessoas e pondo em dúvida a entrega de serviços que são direitos desses povos, garantidos nas leis e na constituição.

A visita do presidente Rafael Correa à assembleia da nacionalidade waorani é, sem dúvida, a primeira vez que um presidente da República faz isso, e o saudamos por essa abertura para escutar as reivindicações da nacionalidade waorani. Esperamos que seja para uma mudança radical na relação Estado-povos indígenas, que permita a construção da plurinacionalidade e o bem viver, e não seja somente por interesse de exploração petrolífera no Yasuní ou para aproveitar a oportunidade para continuar insultando as lideranças indígenas. Como Conaie, todo o nosso apoio à nacionalidade waorani em sua luta para proteger seu território.

Pelo Conselho de Governo

Humberto Cholango

presidente

Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador

(Conaie) <http://www.conaie.org>

Honduras

O governo de Lobo emite ordem de prisão contra a líder lenca Berta Cáceres

Em 20 de setembro de 2013, o tribunal de letras de Intibuca ordenou a prisão de Berta Cáceres, sob uma série de acusações falsas, demonstrando que a atual administração se encontra a serviço dos empresários envolvidos na destruição dos rios em Honduras.

Não bastou o assassinato do companheiro lenca Tomas García, em 15 de junho passado. O DESA e o Sinohydro exigiram a prisão de Berta Cáceres como uma demonstração de submissão pela ditadura civil que governa o país.

A oposição do povo lenca à destruição de seus rios e à sua entrega à elite de poder, não é mais que resistência ao esquema de saqueio sistemático dos territórios indígenas e seus bens comuns, que o grupelho de poder está empreendendo para entregá-los ao capital transnacional.

Enquanto o Lobo se pavoneia no Vaticano entregando uma réplica da Virgem de Suyapa, em Honduras os capangas do Ministério Público, seguindo as instruções dos piratas empresários, se esforçam para calar uma das vozes mais potentes em desafiar a atual ditadura.

O Estado de direito no país desapareceu: enquanto se permite que os grandes narcotraficantes fujam, a valente líder Lenca é condenada à prisão sob acusações fictícias.

Os ministérios de papelão (Justiça e Etnias), criados pela atual administração governamental com o propósito de lavar sua imagem, se converteram em cúmplices dos massacres e assassinatos (Ahuas, Rio Blanco e Locomapa) cometidos contra indígenas indefesos, sucumbindo ao silêncio cúmplice, ao invés de defender os direitos dos povos e seus territórios.

Exigimos a imediata libertação de Berta Cáceres e a suspensão da construção da represa de Água Zarca, além da implementação do Direito à Consulta e Autorização Prévia, Livre e Informada.

Organização Fraternal Negra Hondurenha, OFRANEH

<http://www.ofraneh.org>

Sambo Creek, 20 de setembro de 2013

Território Bribri na Costa Rica

Para ser memória

Zuiri Méndez

Para nós existem dois espíritos, um espírito é o olho direito, e o outro é o do olho esquerdo. Quando uma pessoa morre, os bribris fazemos uma cerimônia chamada *sté*, que dura a noite toda. Há um *bkakla* encarregado de fazer o *sté*, que é um servidor que distribui o café, o chocolate e a comida durante toda a noite. Quando vão enterrar a pessoa morta, o *sté* vai em sua mão direita. Então o espírito do olho esquerdo permanece conosco, mas nunca vai aparecer como uma assombração para as pessoas vivas, fica só avisando quando vai morrer outra pessoa próxima, e aí é quando ele se mostra, quando alguém vai caminhando e o vê à distância, onde some rapidamente de vista. O espírito do olho direito tem que

chegar ao *Sulá Kaska*. Depois da cerimônia, o espírito inicia sua viagem quando o sol nasce, e segue o caminho que o sol faz no céu como se o estivesse acompanhando. Então, quando o sol está ao meio-dia, e nós estamos almoçando, há um ser que Sibö deixou e que espera o espírito chegar para lhe pedir o *sté*, que é toda a vida da pessoa que o espírito leva em sua mão direita, e isso é muito importante, porque se a pessoa não o tem, o ser deixa o espírito sentado num banco e ele não pode seguir seu caminho. Quando a pessoa entrega o *sté*, pode seguir seu caminho para o *Sulá Kaska* e pode voltar ao inframundo a que pertence, à terra.

Johny Buitrago traduz as palavras do *awá* Rafael Selles, respondendo à pergunta do que acontece quando as pessoas morrem.

A reunião foi convocada como parte de uma pesquisa conjunta entre jovens para recuperar saberes de resistências do povo bribri em espaços de reuniões comunitárias com *awá* e entrevistas audiovisuais com *kekepa* no Caribe Sul da Costa Rica. Movidos pela ruptura no ensino de saberes, essencial para a proteção de sua cultura, e preocupados pelas ameaças de megaprojetos a seu território, os jovens do grupo organizado 'Talamanca pela Vida e pela Tierra' iniciamos uma busca de saberes negados.

Poderia surpreender que na Costa Rica existiram e existem processos de resistência contra a dominação colonial, contra as transnacionais e o Estado nação. Neste pequeno território mesoamericano, os grupos dominantes se encarregaram de construir um discurso de "paz, democracia e branquidade" sobre o saqueio e o massacre, que são impossíveis de esconder, mas sim propensos a serem esquecidos quando se fortalece em seus habitantes uma memória frágil.

O que sabemos das rotas de escravos indígenas de todo o país (para redutos e encomendas) que os espanhóis traziam para a cidade de Cartago durante os séculos XVI-XVIII, do massacre da população indígena pela extração da borracha na região norte do país na segunda metade do século XIX, ou da concessão, no início do século XX, de 6% (300 mil hectares) do país à *United Fruit Company* durante 100 anos, no Caribe e Pacífico sul do país, removendo todos os povos indígenas, para em seguida, em 1950, iniciar megaprojetos de exploração de petróleo nas selvas da cordilheira de Talamanca.

Outro dos instrumentos de dominação que sucessivos governos costarriquenhos conseguiram ir aperfeiçoando foi o sistema educacional. Em territórios indígenas, foi construído como instrumento de "branquidade" de populações, de um Estado indiferente, que obrigou, com castigos físicos, gerações a deixar de falar seu idioma para aprender o idioma "correto e branco". Para o território bribri, este saqueio de saberes se consolidou com a entrada de padres católicos alemães após a segunda guerra mundial, aos quais, décadas depois, se somaram religiões protestantes, que tentam "apagar a bruxaria e o pecado" da mística e sabedoria das vivências cotidianas dos povos.

Algumas indústrias extrativistas se uniram com instituições governamentais para criar uma proposta de desenvolvimento para os povos indígenas. Dentro de suas iniciativas foi aprovada, em 1983, a exploração de petróleo em território bribri realizada pela Pemex e pela Recope (Refinadora Costarriquenha de Petróleo),

apesar das manifestações do povo bribri. A partir dessa década, a construção de estradas, mercearias (lojas), rede elétrica, escolas e igrejas foi introduzida sistematicamente.

A *kekepa* Sonia Paez conta como o pensamento branco “engana” os indígenas para “acabar com eles”, quando, em seu discurso, convida a se unir ao mercado de banana, ao uso de tecnologias para a agricultura para sair da pobreza. Mas o que fazem realmente é substituir a comida tradicional que elas mesmas plantam como mulheres, a forma orgânica de cuidar da terra sem aplicar agroquímicos e as consequências nefastas do mercado de intermediários que exploram seu trabalho no plantio da banana.

Na Costa Rica também lutamos para contar o que a história oficial tentou sistematicamente enterrar: olhar o passado para olhar o presente. Entendê-lo como parte de uma história que foi rompida, mas que seguimos reconstruindo. Entender também a estrutura simbólica de um povo que convive com a selva e não sobre a selva nos permitirá orientar ações cotidianas para um cuidado especial com a vida.

Queremos apresentar os aprendizados às comunidades do território bribri. Que saibam que somos um grupo de pessoas que decidimos olhar sua cultura, reconhecer seu saberes e recuperar a força do saber bribri como identidade para que os jovens se perguntem qual é o modo de vida que preferem viver ou deixar de viver.

As palavras cosmogônicas da morte do *awá* Rafael, como o olhar crítico da *kekepa* Sonia sobre o cuidado com a terra, nos lembram que a resistência recupera, quando é consultada, todos esses saberes da memória coletiva que unem a morte com a vida. A morte produto das ameaças, mas a vida (o *sté*) se leva na mão como o ser memória é levado para fazer a vida.

Paraguai

Contra a lei, foi dado andamento a um pedido da Monsanto para patentar uma espécie de milho

A Lei de Patentes vigente proíbe que isso seja feito com plantas e animais. Instituições defensoras do direito à alimentação e organizações sociais exigirão que o ministério revogue sua decisão. Também que anule qualquer outra operação que tenha sido aprovada no mesmo sentido.

Em 13 de julho passado, na página 37 do jornal *Última Hora*, foi publicada na seção de “registro de marcas” a solicitação da corporação Monsanto ao Ministério da Indústria e Comércio. A publicação faz parte dos trâmites exigidos pela repartição estatal para aceitar o pedido de dar patente ao milho transgênico MON 89034 da empresa norte-americana.

Várias instituições, organizações sociais, jurídicas, camponesas e indígenas repudiaram que o ministério, através de sua Direção da Propriedade Industrial – Escritório de Patentes de Invenção, tenha dado andamento ao pedido da multinacional.

Numa comunicação, as organizações sociais lembram que “como é de seu conhecimento, o art. 5º, b, da Lei 1630/00 “de patentes de invenção” dispõe que entre as matérias excluídas de proteção por patente encontram-se “as plantas e os animais, exceto os microrganismos, e os procedimento não essencialmente biológicos para a produção de plantas...”

Também o artigo 38 da mesma lei, no parágrafo “Da nulidade da patente”, estabelece que qualquer patente será nula “a. se o objeto da patente é dos compreendidos no artigo 5º da Lei 1630/00”. Quer dizer, quando se trata de plantas ou animais.

Na mesma comunicação, apresentada com centenas de assinaturas de instituições e pessoas contra a ação do ministério, exige-se que seja revogada “qualquer patente que, em violação da normativa indicada, tenha sido outorgada a essa ou outra empresa, e negada qualquer outra que, em tais condições, se apresente no futuro”.

O Paraguai segundo a Monsanto

ABC Color, Paraguai, 03 de setembro de 2013. O Paraguai é estratégico na região para a companhia Monsanto. “O que nós fazemos é dar ao produtor a oportunidade de melhorar seus cultivos e obter colheitas melhores. O Paraguai é um país com muitas possibilidades de seguir crescendo em sua produção agrícola, atualmente já está bastante desenvolvido (com mais de 9 milhões de toneladas de soja colhidas este ano) e, por essa razão, o Paraguai é estratégico dentro da expansão da companhia na região”, declarou o presidente da Monsanto Brett Begemann. Ele comentou que a Monsanto tem projetos importantes no Paraguai, incluindo os de caráter social, oferecendo uma semente melhorada de algodão (BT) para solucionar o problema de milhares de famílias camponesas que dependem do cultivo do têxtil que, por causa de colheitas ruins devido ao ataque de pragas, tornou-se inviável.

Por sua parte, Pablo Vaquero, vice-presidente da Monsanto para a América do Sul, declarou que “O Paraguai é chave para a Monsanto”. “Nós temos cinco pilares básicos de crescimento na região: um é tecnologia em milho, porque é um dos nossos principais produtos; o segundo é a soja, poder ter tecnologias novas e lançar novas variedades na região; o terceiro ponto é o Paraguai, porque vemos o país como uma área em crescimento, pela opção que está tendo na biotecnologia e pelo crescimento das possibilidades como produtor de alimentos; o quarto é a excelência operacional, como tornar nossos processos mais eficientes para reduzir custos; e o quinto é gente, ou seja, ter pessoas capacitadas”, apontou Vaquero.

Sobre a relação com o atual governo, Vaquero indicou: “O governo do presidente Cartes é um governo que acreditamos que vai apoiar a biotecnologia, porque é parte de sua plataforma de crescimento para o Paraguai. Sabemos que junto conosco outras empresas de biotecnologia estão apostando muito. Sabemos que grandes exportadores em nível mundial estão se instalando para ajudar o Paraguai a crescer, com o que eu creio que as expectativas são muito boas e espero que possa continuar dessa forma e que possamos continuar contribuindo”.

Segundo o presidente da Monsanto, Brett Begemann, a companhia transnacional tem projetos importantes no Paraguai, incluindo aqueles de caráter social, oferecendo uma semente melhorada de algodão (BT) para solucionar o problema de milhares de famílias camponesas que dependem do cultivo do têxtil, que, por causa de colheitas ruins devido ao ataque de pragas, tornou-se inviável e pouco rentável, razão pela qual o plantio desse produto agrícola diminuiu significativamente.

<http://www.entornointeligente.com/articulo/1484462/PAR>

<http://www.entornointeligente.com/articulo/1484462/PAR>

“Não acreditamos no investimento agrícola responsável”

Movimentos sociais da América Latina e do Caribe debateram em consulta regional sobre quais são os investimentos necessários para o desenvolvimento rural.

Pode-se falar de “responsabilidade” num investimento que toma os territórios como fonte de lucro? Os Estados que integram a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) devem legitimar a monopolização de terras ou de recursos hídricos com uma “certificação” de responsabilidade? Quais são as políticas de recursos públicos necessárias para um verdadeiro desenvolvimento rural?

Entre várias outras, essas foram as perguntas formuladas nos dias 7 e 8 de agosto passado em Bogotá, Colômbia, pelas organizações que compareceram a uma consulta continental para discutir sobre o conceito de Investimento Agrícola Responsável (IAR) que o Comitê Mundial de Segurança Alimentar vem elaborando.

E o ponto de partida foi a realidade de um continente e região caribenha infestado de megaprojetos agrícolas de grande escala que removem camponeses e povos originários, megarrepresas hidrelétricas que submergem populações milenares, ou empresas transnacionais que inundam de sementes transgênicas a biodiversidade da região.

Diante disso, as organizações convocadas para a consulta, por seus representantes ante o Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) que funciona no Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), manifestaram uma visão crítica do conceito

de IAR, comparando-o, em alguns casos, com o de Responsabilidade Social Empresarial, mediante a qual algumas empresas buscam mitigar ou maquiar os efeitos de suas políticas sobre as comunidades.

Valter Da Silva, da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina), revelou que, por trás dos investimentos autodenominados “responsáveis”, existe uma política de criminalização das sementes crioulas e camponesas, pois estas ameaçam os monopólios empresariais. Da Silva indicou que são necessárias políticas de investimento público para o fomento da produção deste tipo de sementes.

Em sua reflexão, Da Silva enfatizou a importância da discussão sobre os princípios que, na opinião das organizações que reivindicam a soberania alimentar, deveriam ser seguidos nos investimentos — públicos e privados — em agricultura, embora tenha manifestado suas dúvidas em relação à repercussão que essas definições podem alcançar no âmbito do CSA como políticas globais que obriguem os Estados a proteger a produção camponesa.

Por sua vez, Javier Rivera, camponês da região de Tuluá, no Vale do Cauca, e coordenador do Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (MAELA) em nível da região andina, observou que o conceito de “responsabilidade” tem servido para obter recursos de cooperação internacional que raramente chegam às comunidades para cumprir seu papel real.

E disse que a recém-criada Aliança pela Soberania Alimentar deveria gerar insumos e ferramentas “para que, desde as bases, se tenha a possibilidade de fazer frente a essas políticas e a esses investimentos”, que, no caso da Colômbia, tem servido para remover camponeses e substituir a produção de alimentos por vários aspectos do agronegócio, entre eles a produção de agrocombustíveis.

A Aliança pela Soberania Alimentar conta com vários representantes subcontinentais no Mecanismo da Sociedade Civil, que levarão a esse campo de operação, em Roma, Itália, os princípios emanados da Assembleia, assim como as definições alcançadas no âmbito desta Consulta realizada após a mesma, o que ocorrerá no próximo mês de outubro.

(CC) 2009 - 2013 Radio Mundo Real 10 años

<http://www.radiomundoreal.fm/7002-no-creemos-en-la-inversion?lang=es>

Peru

Três grupos empresariais — Gloria, Wong e Oviedo — são os novos barões do açúcar

Servindi, 27 de agosto, 2013. A nova edição do boletim do *Observatorio Tierra y Derechos* (Observatório Terra e Direitos) destaca que, quatro décadas

depois da reforma agrária, “os barões do açúcar renasceram. Desta vez possuem mais terra do que seus antecessores e, seguramente, tanto ou mais poder do que eles.”.

Hoje, os pouco mais de 120 mil hectares de terras do açúcar se encontram majoritariamente sob controle do Grupo Gloria (a família Rodríguez Banda), Wong e Oviedo. São estes três consórcios “quem leva as rédeas dos principais complexos açucareiros do país”.

O boletim explica que, no final da década de 1990, todas as cooperativas açucareiras tinham se transformado em sociedades anônimas, e “o caminho ficou livre para que começasse um novo processo de concentração da propriedade das usinas de açúcar”, que nos conduziu à situação atual.

O informativo proporciona uma reflexão sobre a persistência da concentração da terra nos complexos açucareiros do litoral, e sobre os problemas não resolvidos pela moratória aos transgênicos no Peru.*

Fazendas, cooperativas e sociedades anônimas. As usinas açucareiras da costa do Peru remontam à época colonial e, desde então, estiveram sob o domínio sucessivo de fazendeiros, cooperativas e sociedades anônimas. Salvo pelo período de domínio das cooperativas agrárias, a maior parte da história da terra do açúcar se caracteriza por sua tendência para a concentração da propriedade e para o controle das usinas em poucas mãos.

O fato de este objetivo ter sido alcançado pela via da legalidade ou validade com o passar do tempo não quer dizer que em todos os casos foi legítimo o procedimento de seus promotores, pelo menos do ponto de vista daqueles que foram despojados ou forçados a vender suas terras, ou submetidos, durante décadas, a condições de trabalho injustas.

As primeiras fazendas açucareiras surgiram no final do século XVI e, como a maioria das fazendas coloniais, foram formadas a partir da apropriação das terras dos Incas, de áreas que o despovoamento indígena deixou abandonadas ou por compra e venda forçadas. Principalmente nos vales da costa, mas também em algumas zonas da serra, esse conjunto de fazendas teve uma intensa produção de açúcar, sustentada por uma mão de obra avassalada, servil e escrava. Três séculos depois (XIX), a independência política do Peru não significou uma transformação substancial da estrutura agrária colonial.

A nova elite crioula assumiu o controle e a propriedade da terra até então em poder dos espanhóis, por cessão da república do Peru ou mediante compra e venda. De modo que o latifúndio agropecuário se afirmou como forma básica de exploração agrária.

Os barões do açúcar. Assentada principalmente nos vales da costa, a nova oligarquia proprietária de terras do açúcar foi integrada inicialmente por famílias crioulas como os Pardo, Aspíllaga e Orbegoso, e, até o fim do século XIX, também por capitalistas de origem estrangeira como os Gildemeister, Larco e Grace.

Todos eles desfrutaram de um estilo de vida aristocrático graças ao controle territorial de suas fazendas e ao trabalho escravo ou servil, primeiro de negros, até que foram alforriados por Ramón Castilla em 1854; depois de migrantes coolies

chineses e, finalmente, de índios que, sob a modalidade do recrutamento, eram vítimas de contratos abusivos.

Com o passar dos anos, alguns proprietários de terras como os Gildemeister promoveram um processo de concentração da propriedade rural, que os levou a adquirir fazendas vizinhas, mas também a remover pequenos agricultores, os quais, diante da impossibilidade de ter acesso à água para irrigação ou de participar dos conselhos de irrigadores, se viram obrigados a transferir para eles suas unidades produtivas.

Infelizmente, não existe informação estatística em nível nacional sobre o número total de pequenos proprietários e agricultores que perderam suas terras nas mãos dos barões do açúcar. Um estudo de Klarén (1976) calcula que, somente no vale de Chicama, cerca de cinco mil famílias de pequenos agricultores chegaram a ser despojadas de suas terras até as primeiras três décadas do século XX (**).

Em todo caso, por obra desse processo de concentração de terras, até o final da década de 1930, a paisagem das fazendas açucareiras mais importantes do Peru tornava-se facilmente reconhecível.

Expropriação e cooperativas. Na primeira metade do século XX, uma série de fenômenos internos e externos concorreu à paulatina debilitação do sistema de dominação da oligarquia dos proprietários de terras. A sindicalização acelerada do proletariado agrícola, que chegou à maioria dos núcleos de trabalhadores de fazendas modernas como Casagrande ou Cartavio, contribuiu para questionar o autoritarismo e o paternalismo que havia nas relações de trabalho.

Principalmente nos vales cusquenhos de La Convención e Lares, os arrendatários das fazendas apelaram para a força para se livrar das obrigações servis a que estavam submetidos e tomaram o controle das terras. Finalmente, uma grande frente camponesa de emergência, cujos protagonistas foram as comunidades indígenas, desencadeou uma onda de recuperação de suas antigas propriedades, baseando-se muitas vezes em títulos que datavam da época colonial, sobretudo na serra central, e, entre 1963 e 1964, sua influência atingiu diferentes regiões do país, como Huánuco, Lima, Lambayeque, Huancavelica, Cajamarca, Ancash e Piura (Matos e Mejía, 1980).

Todos esses fatores internos, somados a um contexto internacional favorável resultante da Guerra Fria, da revolução cubana, do apoio norte-americano e de organismos internacionais, acabaram na reforma agrária peruana, cuja etapa mais radical foi conduzida pelo governo militar de Juan Velasco Alvarado (1969-1975), pondo fim ao longo período no qual as fazendas tradicionais organizavam a sociedade e a economia rural. Como resultado da reforma agrária, as doze principais fazendas açucareiras foram expropriadas e se transformaram em um tipo especial de Cooperativa Agrária de Produção (CAP), cujo número de sócios cooperativistas chegou a superar os 26 mil beneficiários.

Reconcentração e sociedades anônimas. Ao término da reforma agrária dos militares, o antigo sistema de fazenda tinha sido substituído por uma estrutura cooperativa. No entanto, esta nova estrutura teve curta duração por uma série de razões, tanto internas como externas. Em nível interno, a maioria das cooperativas,

desprovidas de pessoal técnico e gerencial, não pode aplacar os interesses contraditórios no interior de sua organização e muito menos enfrentar com êxito as políticas de governo que, mal terminado o governo militar, promoviam a desmontagem de todas as instituições da reforma agrária. Além disso, fatores externos como a crise econômica aguda que começou em 1975 e duraria até o início da década de 1990 contribuíram para o fracasso da cooperativização das fazendas.

Em relação às cooperativas açucareiras, o governo de Alberto Fujimori (1990-2000) aprovou medidas orientadas para sua reestruturação em sociedades, primeiro mediante o Decreto Legislativo n.º 653, que permitiu a livre disponibilidade das terras de cultivo, e depois mediante o DS 018-91-AG, que abriu a possibilidade da livre mudança de modelo empresarial. Ambas as normas, somadas à aprovação da Constituição de 1993 de corte neoliberal, propiciaram que um primeiro grupo de cooperativas açucareiras como Chucarapi, San Jacinto, El Ingenio e Paramonga se transformassem em sociedades anônimas. As cooperativas restantes tiveram que adotar o mesmo modelo, depois que o governo de Fujimori promulgou, em 1996, o Decreto Legislativo n.º 802, permitindo a capitalização das dívidas tributárias e trabalhistas.

No final da década de 1990, todas as cooperativas açucareiras tinham se transformado em sociedades anônimas, e o Estado e os trabalhadores apareciam como seus principais acionistas. O caminho ficou livre para que começasse um novo processo de concentração da propriedade das usinas de açúcar, desta vez via transferência da participação acionária do Estado e dos trabalhadores em favor de capitais privados. Como resultado deste processo, atualmente, os pouco mais de 120 mil hectares de terras do açúcar se encontram majoritariamente sob controle do Grupo Gloria (família Rodríguez Banda), Wong e Oviedo. Os três, como principais acionistas ou investidores, são quem leva as rédeas dos principais complexos açucareiros do país. Quatro décadas depois da reforma agrária, os barões do açúcar renasceram, e desta vez possuem mais terra do que seus antecessores e, seguramente, tanto ou mais poder do que eles.

Bibliografía

Eguren, Fernando (2006). "Reforma agraria y desarrollo rural en el Perú". Em *Reforma agraria y desarrollo rural en la región andina*. Lima: CEPES.

Glave, Luis M. (2009). "Propiedad de La tierra, agricultura y comercio, 1570-1700: el gran despojo". Em *Economía del período colonial temprano*, tomo 2. Lima: BCR, IEP.

Klarén, Peter (1976). "Formación de las haciendas azucareras y orígenes del APRA". Em *Perú problema* 5. Lima: IEP.

Matos Mar, José e José M. Mejía (1980). "La reforma agraria en el Perú". Em *Perú problema* 19. Lima: IEP.

* O boletim é editado pelo Programa de Acesso a Recursos Naturais do Centro Peruano de Estudos Sociais (CEPES) e se dedica à análise de temas atuais que têm um impacto no direito à terra rural e outros recursos vinculados a ela, como a água ou as florestas. Pode ser baixado livremente e reproduzido citando a fonte:

http://www.observatoriotierras.info/sites/default/files/Boletin_7.pdf

** Décadas depois, no fim da Primeira Guerra Mundial, uma nova mudança no cenário acentuou a concentração da terra no setor açucareiro, após o desaparecimento da fazenda Roma nas mãos de Casagrande.

Uma panorâmica e muitas vistas Fracking: a fratura final dos territórios

A fratura hidráulica (conhecida como fracking) converteu-se na última aposta para terminar de esgotar o subsolo planetário e extrair as últimas gotas de hidrocarbonetos que sustentam a sociedade capitalista petróleo-dependente. Em vez de questionar o brutal consumo de energia dos poderosos do planeta, insustentável sob qualquer ponto de vista, a aposta é recorrer a tecnologias cada vez mais arriscadas e contaminantes para continuar avançando para o abismo. Nesta Panorâmica, oferecemos uma visão da situação global do avanço desta tecnologia promovida pelas grandes corporações do petróleo, seus impactos e, evidentemente, uma imagem das resistências que se multiplicam.

Novas palavras vão e vêm. Algumas são ocorrências banais que, depois de entrar na moda, caem rapidamente no esquecimento. Mas aqui está um termo que vai ser difícil esquecer: *fracking*. Infelizmente, não é portador de boas notícias.

Muitos engenheiros e especialistas em energia sabem, há muito tempo, que uma grande quantidade de gás natural está presa entre as lâminas ou camadas em xistos que datam do período Devoniano (de 400 a 360 milhões de anos atrás).

Ao contrário das jazidas tradicionais, nas quais o gás está concentrado em bolsões mais ou menos fáceis de explorar, o gás dos xistos está disperso ao longo e ao largo do espaço entre as folhas ou lâminas dessas rochas. O problema é permitir o fluxo das pequenas bolhas de gás presas entre as lâminas para extraí-lo.

A tecnologia utilizada para extrair o gás se denomina fraturação hidráulica e consiste em quebrar rocha para permitir o fluxo do gás até onde pode ser coletado. O desenvolvimento não convencional do gás de xisto combina três tecnologias. Primeiro, a perfuração direcional, que usa sistemas para entrar nas laterais dos xistos situados a dois ou três quilômetros de profundidade. Somente a perfuração direcional permite ter acesso aos espaços entre estas lâminas para preparar a extração.

Segundo, a disponibilidade de uma grande capacidade de bombeamento para injetar enormes volumes de líquidos sob enorme pressão para fraturar a rocha. O material injetado inclui areia, porque seus grãos mantêm as fraturas abertas para permitir o fluxo do gás. O volume de água requerido por poço flutua entre 8 e 30

milhões de litros, dependendo da geologia. A pressão requerida pode alcançar até 10 mil libras por polegada quadrada.

A terceira tecnologia é um sistema para lubrificar o líquido usado na fratura hidráulica. Como era necessário reduzir o atrito da água para poder injetá-la em grandes volumes e forte pressão em dutos que percorrem enormes distâncias, tornou-se indispensável encontrar os melhores lubrificantes de líquido, assim como inibidores de corrosão, estabilizadores e substâncias letais para micróbios. Algumas destas substâncias são agentes carcinogênicos bem conhecidos. A lista de substâncias é ampla, e isso permite pensar em migrações e combinações químicas de maior toxicidade. O problema não termina aqui. Embora a maior parte destas substâncias seja recuperada (e supostamente reutilizada), uma vez terminada a perfuração e extraído o gás, existe o refluxo do material injetado que retorna à superfície com hidrocarbonetos líquidos como tolueno, xileno e etilbenzeno. Todas estas substâncias apresentam um sério risco para os aquíferos que se situam por cima da camada de xistos.

[...] Talvez o mais importante seja que o gás natural produzido com *fracking* agrava o problema da mudança climática. Primeiro porque ao longo do ciclo desta operação são liberadas grandes quantidades de metano. O gás natural é essencialmente metano, um gás de efeito estufa muito mais potente do que o CO₂. Os vazamentos de metano na extração, transporte e distribuição de gás natural são significativos. Este dado isolado já deveria provocar maior cautela. Segundo, o *fracking* tornará mais lenta, se não impossível, a transição para fontes renováveis de energia ao consolidar um perfil energético baseado em combustíveis fósseis. Alejandro Nadal, “*Fracking: una palabra para recordar*”, La Jornada, 28 de novembro, 2012, www.jornada.unam.mx/2012/11/28/opinion/028a1eco

“As concentrações de metano na água potável consumida pelos moradores dos domicílios situados a menos de um quilômetro dos locais de exploração com *fracking*”, dizem os pesquisadores, “são, em média, seis vezes maiores que as das casas mais distantes; enquanto isso, as concentrações de etano se multiplicam por 23”. Um estudo publicado na revista PNAS (sigla em inglês de Informes da Academia Nacional de Ciências) relata que 82% dos mais de 140 poços que fornecem água potável para a região de Marcellus Shale, uma formação de sedimento marinho no nordeste da Pensilvânia e ao sul de Nova Iorque, estão contaminados com gases como metano, propano ou etano. Estes poços ficam perto de explorações que obtêm o chamado gás de folhelho ou de xisto por meio da fraturação hidráulica.

O grupo de pesquisadores, dirigidos por Robert Jackson, professor de ciências ambientais na Universidade de Duke, na Carolina do Norte, conclui que as concentrações de metano na água potável consumida pelos habitantes dos domicílios situados a menos de um quilômetro dos locais de exploração com *fracking* são, em média, seis vezes maiores do que as das casas mais distantes; as concentrações de etano se multiplicam por 23.

Segundo o estudo, a quantidade de metano ultrapassa consideravelmente o nível máximo aceito pelas autoridades sanitárias dos Estados Unidos, que é de 10

miligramas por litro de água. Quanto ao propano, foi detectado em dez amostras de água dos poços das casas localizadas no raio antes mencionado.

Para Jackson, “os resultados sobre metano, etano e propano, assim como novos indícios de vestígios de isótopos de hidrocarbonetos e de hélio, nos levam a pensar que a extração de gás de xisto afetou as fontes de água potável das residências”. O *fracking* contamina, diz um estudo. <http://www.energias-renovables.com/articulo/el-fracking-contamina-dice-un-estudio-20130625>

Existe uma relação entre um sismo de magnitude 5,7 ocorrido em Oklahoma, em novembro de 2011 (que deixou dois feridos, 14 casas destruídas e estradas danificadas, e foi o de maior magnitude a impactar esse estado em tempos modernos), e uma técnica utilizada na exploração de hidrocarbonetos e que consiste em injetar no subsolo a água residual do processo, conclui um estudo publicado na revista *Geology*. O estudo se refere ao terremoto que foi sentido em pelo menos 17 comunidades norte-americanas, e que ocorreu numa sequência de dois terremotos de magnitude 5,0 e com uma sequência de várias réplicas. No jornal espanhol *El País*, cita-se a principal autora do estudo, Katie Keranen, afirmando que “o que sugerimos é que os terremotos aconteceram em 2011 (e um anterior em 2010) porque foram necessários quase 20 anos para que a pressão fosse aumentando lentamente nessa região”. A cientista garantiu que seu estudo contribuirá para a preocupação em torno do método da fratura hidráulica. *Estados Unidos: Un estudio relaciona fracking y terremotos* <http://www.energias-renovables.com/articulo/un-estudio-relaciona-fracking-y-terremotos-20130331>

Em 27 de setembro de 2012 foi publicada, no Diário Oficial da Generalidade da Catalunha, a solicitação de duas licenças de exploração para a extração de gás por meio do *fracking*, que afeta 70 municípios da Catalunha. O *fracking* é uma técnica de extração não convencional de gás natural, mediante a perfuração de jazidas de gás que se encontram presas em um substrato rochoso, para a qual é necessário injetar, sob pressão, água, areia e uma mistura de compostos químicos.

A Espanha é um país com potencial para a extração de gás por meio do *fracking*, e comunidades autônomas como La Rioja, Castela e Leão, País Basco e Cantábria, já estão tramitando solicitações para a exploração de jazidas de gás por meio do *fracking*. Mas há evidência científica de possíveis efeitos negativos sobre o meio ambiente, como contaminação de aquíferos, consumo excessivo de recursos hídricos, emissão de contaminantes para o ar, contaminação acústica e outros.

Embora haja pouca evidência científica relacionada com os efeitos do *fracking* sobre a saúde, o que tem favorecido posturas diferentes entre governos, alguns estudos sugerem riscos para a saúde pública, entre eles a emissão de hidrocarbonetos tais como o benzeno, o 1,3-butadieno, o estireno e o etilbenzeno, considerados como cancerígenos para os seres humanos, do grupo 1 e 2 B, pela Agência Internacional para Pesquisa sobre Câncer. Estima-se que a população que vive a menos de meia milha de onde o *fracking* é realizado tem um risco 66% maior de ter um câncer relacionado com esses contaminantes. Outros efeitos dos

hidrocarbonetos emitidos com o *fracking* consistem em patologias neurológicas, renais, reprodutivas, respiratórias e hematológicas.

Por outro lado, existe o risco de contaminação da água. O *fracking* injeta grandes quantidades de água misturada com produtos químicos para substituir o gás natural extraído das rochas. Esta água contaminada pode entrar no ciclo da água e contaminar as fontes locais de água. Foi relatado que 73% dos produtos químicos utilizados no *fracking* têm numerosos efeitos negativos para a saúde. *Impactos en salud pública del fracking (extracción de gas por medio de la fractura hidráulica) en España* <http://zl.elsevier.es/es/revista/gaceta-sanitaria-138/articulo/impactos-salud-publica-del-ifracking-i-90208517>

O desastre ético sempre antecede o desastre material. Apesar de não existir uma relação mecânica entre ambos, o primeiro é condição para o segundo. Para as pessoas de esquerda, a experiência histórica poderia servir de referência e inspiração, mas sobretudo como impulso para a coerência para além das conveniências do momento, que é disso que trata a ética.

[...] As justificações ideológicas das deserções da ética são as piores conselheiras, porque sujam as ideias que dizem defender. A tal ponto que conceitos nobres como comunismo ou ditadura do proletariado deixaram de magnetizar a energia e a imaginação dos oprimidos e das oprimidas do mundo. Por regra, costumam ser feitas concessões de princípios (como se dizia antes, quando não nos atrevíamos a pronunciar a palavra ética) em favor de supostas vantagens táticas.

Algo similar está acontecendo em relação a iniciativas dos governos progressistas. No domingo, 1º de setembro, o jornal argentino *Página 12* publicou um artigo intitulado “Fracking”, no qual defende a fratura hidráulica, porque se opor seria como sintonizar com a oposição direitista. Acusa os que se opõem a essa técnica de ser ecologistas, os quais define como “reacionários” que antes se opuseram à megamineração, aos transgênicos e aos agroquímicos.

O articulista, em um meio que já foi crítico do poder neoliberal, diz que se trata de um “pensamento retrógrado”, e assegura que “ainda não apareceram argumentos convincentes contra os supostos efeitos contaminantes do *fracking*”. Ele vai mais longe e defende que “não existem razões para pensar que o *fracking* será mais arriscado do que outras atividades extrativas.”

Depois de meter o pau nos críticos, o articulista detalha a transcendência das conveniências do momento, já que as reservas não convencionais no sul argentino seriam 67 vezes as atuais reservas de gás e onze vezes as de petróleo. “A magnitude desta riqueza parece incomensurável na perspectiva atual e após o reaparecimento do déficit energético externo”. Esse déficit apareceu, por sinal, depois da desastrosa política privatizadora de Carlos Menem na década de 1990.

[...] Com o *fracking*, a megamineração e os monocultivos de soja acontece algo similar. Durante uma década e graças aos altos preços das *commodities*, a economia parece funcionar e há dinheiro suficiente para pagar políticas sociais que aplacam a pobreza sem realizar mudanças estruturais. Porém, podem os defensores do modelo olhar na cara das Mães de Ituzaingó, que viram seus filhos morrerem pelos efeitos dos agrotóxicos, e dizer a elas que são vítimas de “um pensamento

retrógrado” e “reacionário”?[...] Entre os progressistas da região foi imposta uma lógica perversa: medir as coisas conforme beneficiem a direita ou o governo. Esse foi o argumento de alguns politólogos diante das manifestações massivas de junho no Brasil. A única bússola para não se perder é a ética. Hoje, suas agulhas apontam contra a megamineração e o extrativismo, sem importar quem esteja no governo. Raúl Zibechi, *Fracking progresista*, <http://lavaca.org/notas/fracking-progresista/>

Os membros organizadores da “Argentina sem fracking” nos unimos frente à preocupação com o impacto social e a contaminação que o método extrativo da fratura hidráulica, mais conhecida como *fracking*, gera em nossas comunidades e territórios. É importante que a população esteja informada e peça abertamente para acabar com este método.

Nesse sentido, e apelando para o princípio da prevenção ou para o princípio da precaução — já aplicados em vários países —, com base na experiência global existente e dados os impactos produzidos na saúde humana e no ambiente, nosso país deve parar qualquer empreendimento deste tipo, mediante uma *moratória*, isto é, através da *suspensão* desta modalidade de exploração em todo o território nacional.

As jazidas não convencionais onde o *fracking* é utilizado são formações pouco permeáveis e compactas, nas quais os hidrocarbonetos estão dispersos. Para liberá-los, deve-se fraturar a rocha injetando milhões de litros de água sob alta pressão (98%), misturada com areia e uma série de aditivos químicos (2%); a quantidade de litros varia em função da quantidade de fraturas que forem realizadas por poço. Isso possibilita que os hidrocarbonetos subam para a superfície junto com parte da mistura injetada, denominada refluxo (recupera-se uma quantidade que varia entre 9 e 35%). O resto permanece no subsolo.

O *fracking* implica uma série de impactos socioambientais em curto e longo prazo: a água injetada para a fratura pode se alojar em falhas geológicas, produzindo a lubrificação das placas e aumentando a atividade sísmica. De fato, em Lancashire (Inglaterra) e em Ohio (Estados Unidos) as prospecções e explorações foram paralisadas quando se percebeu um aumento dos terremotos na região na qual a fratura é feita. Da mesma forma, na Holanda, a opinião pública está contra os poços que estão sendo fraturados perto da cidade de Groningen, no nordeste do país, já que estão sendo registrados vários tremores que oscilam entre 2 e 3,4 graus de magnitude na escala Richter.

Aproximadamente 90% do gás natural é composto de metano, um gás com um potencial de efeito estufa 21 vezes maior do que o do dióxido de carbono. Os últimos estudos realizados indicam que a aposta na exploração dos hidrocarbonetos não convencionais agravaria o problema da mudança climática, já que libera uma maior quantidade de metano na atmosfera.

A isto, é preciso acrescentar o deslocamento dos caminhões que transportam todos os insumos e a logística necessários para a fratura, o que significaria um aumento das emissões indiretas de gases de efeito estufa.

O *fracking* implica um aumento da ocupação do território, em relação à exploração convencional, em detrimento de outros usos da terra. Cada locação para

a perfuração de poços abrange entre 1,5 e 2 hectares, mas, além disso, envolve a abertura de novas estradas e a construção de infraestrutura (tanques de armazenamento, instalações para desidratação, gasodutos, etc).

O caso paradigmático de contaminação do ar em zonas próximas a poços de *fracking* é o da cidade de Dish, no Texas, na qual, após um estudo, foi descoberta uma quantidade de benzeno (agente cancerígeno) muito maior do que o permitido. A contaminação do ar pode estar relacionada tanto à evaporação proveniente dos tanques onde são armazenadas as águas residuais quanto a escapamentos nos poços de gás e tubulações, que contribuem para aumentar as emissões de gases de efeito estufa.

Em 2011, um informe da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos emitiu o parecer de que dos 2.500 produtos empregados na fratura hidráulica, mais de 650 contêm químicos potencialmente cancerígenos. Isso põe em risco as águas subterrâneas e as superficiais, já que a “sopa química” injetada durante a fratura pode vazar por problemas de entupimento dos dutos ou migrar para além da formação geológica na qual se pretende atuar, e também pode ser derramada durante sua manipulação na superfície ou tratamento e descarte inadequado das águas residuais.

O governo de Neuquén estima, por exemplo, que serão utilizados, para cada poço, 20 milhões de litros de água no processo de fratura. *Argentina sin fracking*, <http://argentinasinfracking.org/>

Temos a ameaça de grandes oligopólios internacionais de extração, especulação e comércio dos combustíveis fósseis. Querem transformar nosso território num ambiente para aplicar um sistema devastador para explorar recursos energéticos não renováveis, próprio de um modelo de desenvolvimento agonizante. Querem ferir nosso território através da fratura hidráulica ou *fracking*, e assim destruir tudo aquilo que conhecemos, amamos e preservamos. É necessário que, entre todos e todas, paremos isso.

* **Paremos o fracking**, porque chegou a hora da mudança de modelo energético, baseada na redução do consumo, na eficiência e no uso inteligente das energias renováveis, e porque acreditamos num modelo de desenvolvimento social, político, econômico e humano sustentável.

* **Paremos o fracking**, porque significaria a busca de combustíveis fósseis — gás e petróleo — que apenas ampliaria um modelo energético insustentável, autodestrutivo e que nos levaria ao abismo sem volta da mudança climática.

* **Paremos o fracking**, porque implicaria ter que violentar, perfurar e arrebentar o subsolo do território onde vivemos, provocando movimentos sísmicos imprevisíveis e liberando os metais pesados e o material radioativo subjacentes no terreno.

* **Paremos o fracking**, porque necessita e consome milhões de litros de um bem tão precioso e limitado como é a água, vital para a articulação de território e sociedade.

* **Paremos o fracking**, porque envolveria espalhar uns compostos químicos que causam o envenenamento da água, da terra e do ar, afetando gravemente a vida humana, vegetal e animal que se desenvolve.

* **Paremos o fracking**, porque envolveria a proliferação de torres de extração, armazéns de resíduos tóxicos, depósitos, maquinaria pesada, atividade intensa e incessante, tubos de condução e outras infraestruturas que destruiriam a riqueza da nossa paisagem.

* **Paremos o fracking**, porque representaria uma agressão absolutamente incompatível com as atividades agrícolas e pecuárias tradicionais de nossos povos, os quais, em um meio ambiente envenenado, veriam seus produtos imensamente degradados e desacreditados

* **Paremos o fracking**, porque representaria a anulação de projetos de futuro vinculados ao meio natural, ao patrimônio e à paisagem, como o turismo, a produção agroalimentar de qualidade e todas as suas atividades complementares e associadas.

* **Paremos o fracking**, porque significa a condenação definitiva de nossos núcleos rurais ao despovoamento, esgotadas as possibilidades de trabalho e destruída toda a qualidade de vida.

* **Paremos o fracking**, porque envolveria a destruição dos postos de trabalho e das fontes de riqueza locais e sua substituição por ocupações precárias de baixa ou muito baixa qualificação e alto risco.

* **Paremos o fracking**, porque é uma técnica sobre a qual a comunidade científica expressa extremas precauções e dúvidas, e os legisladores ainda nem previram a regulamentação; técnica que já foi proibida em vários estados ao nosso redor e que gerou uma ampla agitação social.

* **Paremos o fracking**, porque ele se esconde atrás de uma trama de processos administrativos obscuros que implicam um grave ataque ao poder de decisão dos governos locais e, portanto, uma ação despótica de desprezo pela cidadania e pelas Prefeituras, seus órgãos de governo mais próximos.

* **Paremos o fracking**, porque viola todos os princípios de administração ordenada do território, com o respectivo prejuízo da legalidade do desenvolvimento urbanístico harmonioso, e porque exigimos a gestão participativa real, democrática e transparente dos recursos básicos.

* **Paremos o fracking**, porque a rede de empresas que o promove responde apenas a interesses econômicos multinacionais e à especulação de recursos energéticos.

* **E, finalmente, paramos o fracking** porque amamos a vida e o nosso direito inalienável de vivê-la com dignidade.

Por tudo isso, convencidos das enormes potencialidades de nossa gente e de nosso território defendemos o futuro desta terra e dizemos sim a um modelo de desenvolvimento e produção sustentáveis, dizemos sim às dinâmicas econômicas próprias de cada território, sim à preservação e ao aproveitamento do patrimônio e da cultura, sim aos planejamentos horizontais corretos e transparentes, sim à gestão

inteligente e democrática, sim à paisagem e ao meio ambiente, sim à saúde e à qualidade de vida. Sim ao futuro do território e de sua gente.

Conseqüentemente, exigimos que os órgãos de governo de nosso país e nossos representantes políticos acordem imediatamente a suspensão de qualquer licença de atividade vinculada à fratura hidráulica e a promulgação de uma legislação que proíba a utilização em todo o território nacional, e que colaborem para conseguir uma proibição em toda a União Europeia. *¡Mejor vivos que fósiles!*
<http://revistasoberaniaalimentaria.wordpress.com/2013/02/05/mejor-vivos-que-fosiles/>



Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina / M^a. Eugenia Jeria, Argentina / M^a José Guazzelli, Brasil / Valter da Silva, Brasil / Germán Vélez, Colombia / Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica / Henry Picado, Costa Rica / Camila Montecinos, Chile / Francisca Rodríguez, Chile / Elizabeth Bravo, Equador / M^a Fernanda Vallejo, Equador / Silvia Ribeiro, México / Verónica Villa, México / David Cardozo, Paraguai / Norma Giménez, Paraguai / Martin Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente - sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera - constelacion@laneta.apc.org ramon@grain.org

A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:

<http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>

A *Alianza Biodiversidad* também produz *Biodiversidad en América Latina*, disponível em:

<http://www.biodiversidadla.org>

Sítios Web das organizações da Alianza Biodiversidad:

GRAIN <http://www.grain.org>

REDES - Amigos de la Tierra <http://www.redes.org.uy>

ETC Group <http://www.etcgoup.org>

Grupo Semillas <http://www.semillas.org.co>

Acción Ecológica- Ecuador <http://www.accioneologica.org>

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina <http://www.viacampesina.org>

Acción por la Biodiversidad <http://www.biodiversidadla.org>

Red de Coordinación en Biodiversidad <http://redbiodiversidadcr.info/>

Sobrevivencia <http://www.sobrevivencia.org.py>

Centro Ecológico/Ipê, Brasil <http://www.centroecologico.org>

Sitio temático:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>